

DECOMTEC
Área de Competitividade

Relatório
Burocracia: custos econômicos
e propostas de combate

Equipe Técnica

Junho de 2010



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

PRESIDENTE

Paulo Skaf

Departamento de Competitividade e Tecnologia - DECOMTEC

DIRETOR TITULAR:

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO:

Pierangelo Rossetti

Diretores:

Airton Caetano

Almir Daier Abdalla

André Luis Romi

Carlos William de Macedo Ferreira

Cassio Jordão Motta Vecchiatti

Christina Veronika Stein

Cláudio Grineberg

Cláudio José de Góes

Cláudio Sidnei Moura

Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)

Denis Perez Martins

Dimas de Melo Pimenta III

Donizete Duarte da Silva

Eduardo Berkovitz Ferreira

Eduardo Camillo Pachikoski

Elias Miguel Haddad

Eustáquio de Freitas Guimarães

Fernando Bueno

Francisco Florindo Sanz Esteban

Francisco Xavier Lopes Zapata

Jayme Marques Filho

João Luiz Fedricci

Jorge Eduardo Suplicy Funaro

Lino Goss Neto

Luiz Carlos Tripodo

Manoel Canosa Miguez

Marcelo Gebara Stephano (Representante do CJE)

Marcelo José Medela

Mario William Esper

Nelson Luis de Carvalho Freire

Newton Cyrano Scartezini

Octaviano Raymundo Carmargo Silva

Olívio Manuel de Souza Ávila

Rafael Cervone Netto

Robert William Velásquez Salvador (Representante do CJE)

Roberto Musto

Ronaldo da Rocha

Stefano de Angelis

Walter Bartels

EQUIPE TÉCNICA – Departamento de Competitividade e Tecnologia.

GERENTE

Renato Corona Fernandes

EQUIPE TÉCNICA

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Célia Regina Murad

Daniela Carla Decaro Schettini

Egídio Zardo Junior

Fúlvia Hessel Escudeiro

Guilherme Riccioppo Magacho

José Leandro de Resende Fernandes

Juliana de Souza

Paulo Henrique Rangel Teixeira

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Pedro Guerra Duval Kobler Corrêa

Roberta Cristina Possamai

Silas Lozano Paz

ESTAGIÁRIOS

Lucas Maeda Camargo

Michelle Cristine Bertolini

APOIO

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores

Mauricio Oliveira Medeiros

Apresentação

A burocracia é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico e para a expansão dos negócios no Brasil, implicando em perdas para os cidadãos e empresários, na medida em que os custos, manifestados nos excessivos processos de controles e exigências, reduzem os benefícios dos bens e serviços oferecidos.

- O objetivo deste trabalho é obter uma estimativa do custo econômico da burocracia no Brasil e propor medidas para combatê-la.

- Os efeitos da elevada burocracia ocorrem em toda a economia, impactando tanto a eficiência do setor privado como a qualidade das instituições públicas.
 - No índice divulgado pelo Banco Mundial que mede a facilidade em se fazer negócios, o Brasil ocupa a 129ª posição entre 183 países (2010).
 - Os indicadores de governança (medem, em geral, a qualidade das instituições e do ambiente de negócios), são indiretamente relacionados com a burocracia do país. No Brasil, a elevada burocracia pressiona negativamente a efetividade do governo, o controle da corrupção e a qualidade da estrutura regulatória, prejudicando o desenvolvimento do mercado privado.
 - Países com maiores níveis de burocracia tendem a apresentar menor atratividade dos investimentos produtivos, PIB per capita, nível de escolaridade e maior tamanho da economia informal, prejudicando a competitividade do país.

- Na medida em que estes fatores afetam o crescimento, impõem um custo econômico ao país. Estimamos o custo econômico da burocracia, considerando o caso em que o nível da burocracia brasileira seja igual à média de uma cesta de países Selecionados. Concluímos que:
 - Se o Brasil reduzisse em 0,3 pontos seu índice de burocracia, chegando um nível igual à média dos países Selecionados de 0,27, o produto per capita do país passaria a US\$ 9.147, ou seja, um aumento de quase 17% na média do período 1990-2008 (equivalente a 1,45% ao ano). Isto corresponde a um custo médio anual da burocracia estimado em R\$ 46,3 bilhões, equivalente a 1,47% do PIB (valores de 2009).
 - Se a redução dos excessos fosse ainda maior, levando a burocracia a zero, estima-se que o custo médio anual da burocracia chegue a R\$ 86,7 bilhões (valores de 2009), correspondentes 2,76% do PIB. No entanto, este valor

representa um referencial teórico, pois não é possível observar um nível zero de burocracia no país, na medida em que alguns procedimentos, mesmo que mínimos, são necessários para o desenvolvimento dos negócios.

- O custo econômico anual da burocracia de R\$ 46,3 bilhões representou no Brasil:
 - 10,1% do investimento (FBCF) privado (2009)
 - Quase 300% do gasto privado em P&D (2008)
 - 2,8% da receita líquida de vendas da indústria de transformação (2007)
 - 2,3% do consumo final das famílias (2009)

- O cenário que se observa no Brasil é de um excesso burocrático, o que implica em um custo extremamente elevado da burocracia, prejudicando o aumento da renda per capita, o crescimento e a competitividade do país.

- Nesse sentido, a necessidade de desburocratizar o Brasil é urgente. As medidas propostas passam por:
 - Simplificar e unificar os procedimentos e regulamentos, estabelecendo regras mais claras e objetivas, reduzindo entraves redundantes e os controles cruzados.
 - Intensificar o uso dos meios eletrônicos para melhorar o acesso à informação, aumentar a disponibilidade, acessibilidade e rapidez dos serviços.

O processo de desburocratização deve ser permanente, ter amplo alcance e facilitar o relacionamento do Estado com os cidadãos e as empresas. O esforço deve ocorrer nas três esferas da administração pública e nos sistemas legislativos, judiciários e tributários, a fim de aumentar a eficiência do setor público, destravando o desenvolvimento econômico do país.

Sumário

1. Introdução.....	2
2. Indicadores de Burocracia: Análise Comparativa entre Países	4
3. Burocracia e Governança	11
4. Burocracia e Competitividade.....	15
5. Análise Comparativa com os Países Selecionados.....	19
6. Efeitos Econômicos da Burocracia	22
7. Custo da Burocracia x Crescimento Econômico.....	28
8. Custo da Burocracia – Quais são as Perdas para o Brasil?	33
9. Propostas de Combate à Burocracia.....	35
10. Referências	37

1. Introdução

Considerando a preocupação dos empresários com o custo gerado pela burocracia e dado seu impacto negativo sobre a competitividade e o crescimento econômico, é importante levantar esta discussão, justificando o objetivo deste trabalho, que é obter uma estimativa do custo econômico da burocracia no Brasil e propor medidas para combatê-la a fim de aliviar a carga das empresas destravando um dos empecilhos ao crescimento econômico nacional.

A burocracia é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico do Brasil, segundo a pesquisa da Grant Thornton International, realizada em 2010¹. Desde 2007, a burocracia tem sido apontada como determinante na expansão dos negócios². Em 2010, a burocracia é citada como o maior empecilho por 37% dos empresários, resultado maior do que a média mundial (32%) e a média dos países emergentes (31%)³.

A burocracia é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico e para a expansão dos negócios no Brasil

São vários os exemplos dos obstáculos observados nas empresas. De acordo com a pesquisa sobre burocracia realizada em 2010 pela CNI com 431 empresas (CNI, 2010), quase 90% das empresas responderam que o número excessivo de normas é a principal dificuldade para o cumprimento das obrigações legais, seguido pela complexidade das regulamentações. A reportagem de 2008 realizada pela Revista Exame detalhou os procedimentos burocráticos que a indústria de alimentos Wickbold teve que cumprir com o Fisco, resultando em um gasto de, pelo menos, 3% do seu faturamento.

Entre a manutenção de uma equipe exclusiva para lidar com essas questões, os 17 tributos recolhidos pelas três esferas de governo (que compõem 22 órgãos de arrecadação com periodicidade e vencimentos diferentes) e a constante atualização nas normas e legislação, a Wickbold gasta, pelo menos, 3% de seu faturamento

¹ Em 2010, a pesquisa consultou mais de 7.400 empresários em 36 países. No Brasil, são consultados 150 empresários de diversas atividades do setor privado. Os demais obstáculos são falta de capital de giro, custo do financiamento, dificuldade para contratar mão de obra qualificada, falta de financiamento de longo prazo e redução na demanda.

² Salvo em 2009 que, por conta da crise financeira internacional, a preocupação dos empresários voltou-se para as consequências da redução na demanda.

³ A Grant Thornton considerou como países emergentes a China, Índia, Rússia, Turquia, Polônia, Malásia, Tailândia, Argentina, África do Sul, Filipinas, o México, Brasil, Chile e Vietnã.

Outro exemplo do alto custo da burocracia é destacado pela empresa Gerdau: enquanto nos Estado Unidos apenas duas pessoas são responsáveis pela área tributária, no Brasil são necessárias mais de duas centenas. A empresa Dow, subsidiária americana do setor químico, mantinha, em 2007, um departamento de administração tributária com 25 pessoas, o dobro do pessoal mantido na Argentina, México, Venezuela e Chile juntos. A dificuldade que a burocracia causa ao Brasil também é conhecida pelos investidores estrangeiros. De acordo com os governos japonês e espanhol, a burocracia brasileira representa um entrave aos investimentos no país. O governo japonês cita, por exemplo, o prazo de cinco anos para o pagamento de direitos autorais em produtos de tecnologia japonesa (EXAME, 2007; EXAME, 2008; BARROS, 2010; FOLHA, 2010a FOLHA, 2010b).

Em relação ao comércio exterior, segundo estudo do Banco Mundial (BIRD, 2010), a burocracia nas alfândegas brasileiras é bastante elevada. Entre os 155 países pesquisados, o Brasil ocupa a 82ª posição no quesito eficiência na liberação das transações alfandegárias, sendo o principal fator a derrubar o desempenho do Brasil no *ranking* geral. De acordo com a pesquisa realizada pela CNI em 2008, a burocracia alfandegária é um importante empecilho para as exportações: 38,7% das empresas a identificaram como um dos principais entraves à expansão das exportações, sendo superada apenas pela taxa de câmbio e custos portuários e aeroportuários. À burocracia alfandegária deve-se somar a burocracia tributária apontada como entrave por 17,6% dos empresários.

O Brasil ocupa a 82ª posição (entre 155 países) no quesito eficiência na liberação das transações alfandegárias, segundo o BIRD

A burocracia pode ser definida como uma estrutura organizacional formal com objetivos e hierarquia definidos, processos e procedimentos administrativos padronizados e uma série de regulamentações para administrar as atividades econômicas e sociais. A literatura econômica tem discutido o papel das estruturas burocráticas desde a contribuição de Max Weber em 1922 quando, em seu ensaio “Economia e Sociedade”, defende a burocracia como um tipo especial de estrutura organizacional, essencial para o desenvolvimento do

A burocracia implica em perdas para os cidadãos e empresários, na medida em que os custos, manifestados nos excessivos processos de controles e exigências, reduzem os benefícios dos serviços oferecidos pelo estado

capitalismo. Com o objetivo de definir as regras e procedimentos, tornaria a condução da administração mais eficiente. A burocracia é associada, na maioria das vezes, com as estruturas governamentais, permitindo a geração, processamento, distribuição e acumulação das informações, sendo uma importante ferramenta de

controle. No entanto, as análises mais contemporâneas, que exploram questões sobre a qualidade institucional, corrupção e indivíduos ou organizações caçadores-de-renda⁴, utilizam o termo burocracia em um sentido mais pejorativo, como uma grande estrutura administrativa, com a função de conduzir procedimentos e regras complicados e desnecessários.

Vários autores têm apontado a importância de estudar as diversas estruturas organizacionais do Estado, dado que a qualidade das instituições têm se mostrado relacionada ao crescimento econômico (KNACK; KEEFER, 1995; MAURO, 1995). Existem algumas medidas que tratam de quantificar a burocracia de um país. A maioria destas, porém, é construída a partir das pesquisas realizadas por acadêmicos e trata de atender ao propósito do pesquisador. Além disso, a abrangência geográfica destas pesquisas é, em geral, limitada (RAUCH; EVANS, 1999; BRUNETTI *et al*, 1997). Existem, entretanto, duas instituições, o Banco Mundial e o IMD (*Institute for Management Development*), que publicam anualmente indicadores relacionados ao tamanho da burocracia dos países, discutidos na seção a seguir.

2. Indicadores de Burocracia: Análise Comparativa entre Países

O Banco Mundial computa anualmente, desde 2004, 10 indicadores que buscam medir, entre outros fatores, o grau de regulação nos negócios, a proteção de direitos de propriedade, a flexibilidade das leis trabalhistas e o peso da estrutura tributária. A pesquisa, intitulada *Doing Business* (DB), reúne esses fatores em um indicador-resumo (*Easy of Doing Business*), classificando os países em um ranking de acordo com a facilidade em se fazer

A pesquisa do Banco Mundial Doing Business classifica os países de acordo com a facilidade em se fazer negócios

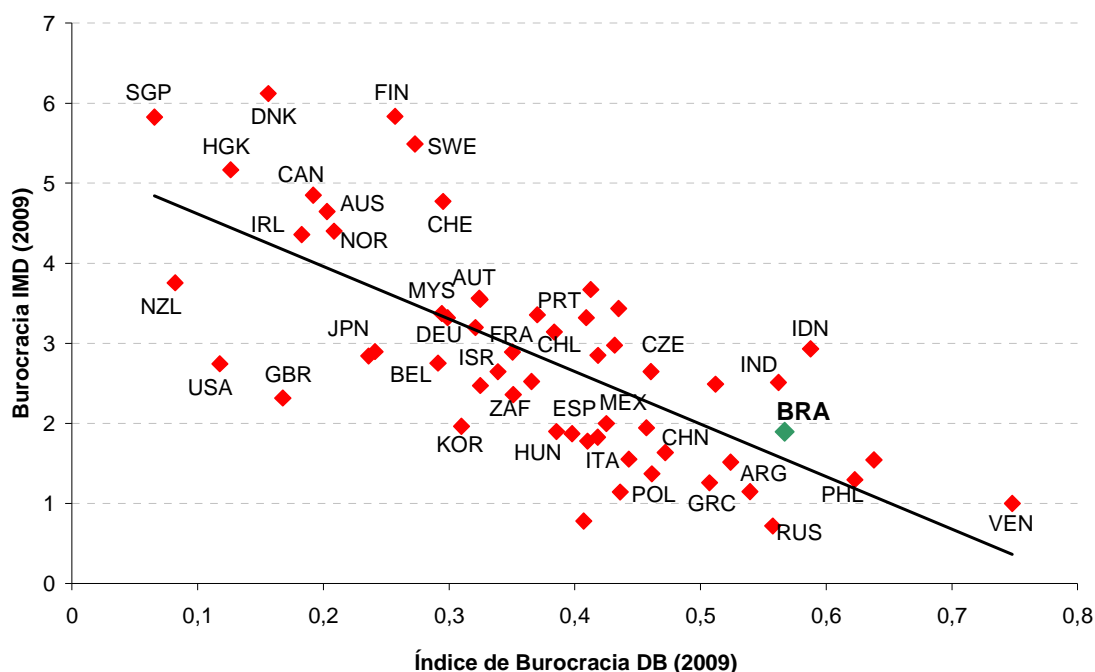
negócios. No entanto, devido às mudanças metodológicas nos cálculos e dados, a revisão dos indicadores está disponível somente a partir de 2008 e se estende até 2010, ano da última divulgação até o presente momento, quando são pesquisados 183 países. O indicador *Easy of Doing Business* (doravante Índice de Burocracia DB) varia entre zero e um e quanto maior o valor, maior deve ser a burocracia observada no país. Por outro lado, o indicador publicado pelo IMD

⁴ Identificado por Tullock (1967) e desenvolvida também em Krueger (1974), Tullock (1990) e Bhagwati (1982, 1983), este fenômeno ocorre quando uma instituição ou pessoa busca extrair valores indevidos de outros entes por meio da manipulação das regras do jogo econômico. Em outras palavras, os agentes econômicos buscam o máximo de bem-estar, mesmo que fora das regras de conduta econômica e social.

(IMD *World Competitive Yearbook*) é baseado em pesquisa de opinião realizada entre empresários, medindo a percepção da burocracia no país. Mais especificamente, os empresários devem assinalar, em uma escala de 1 a 7 o quanto a burocracia obstrui os negócios. Os países são classificados de forma que quanto maior o valor do indicador, menor a burocracia percebida no país.

É interessante notar que a correlação entre os dois rankings divulgados, DB e IMD, supera 0,7 para o período de 2008 a 2010⁵. A relação entre os dois indicadores em 2009 é mostrada no Gráfico 1. A diferença principal entre os indicadores reside no caráter das pesquisas: quantitativo para o DB do Banco Mundial e qualitativo para o IMD.

Gráfico 1 – Relação entre indicadores de burocracia *Doing Business* e IMD em 2009



Fonte: Banco Mundial – Doing Business e IMD. Elaboração: Decomtec/FIESP.

Para obtermos uma estimativa do custo da burocracia no país, é necessário escolher um dos indicadores. Este trabalho está baseado no índice DB apresentado pelo Banco Mundial. A preferência é justificada por quatro razões principais. Primeiro, o indicador DB é baseado somente em dados quantitativos, ao contrário do IMD, gerado a partir das percepções

⁵ A correlação entre *rankings* é calculada pelo coeficiente de correlação de Spearman, que mede o grau de associação linear entre duas classificações, isto é, busca medir o grau de semelhança entre dois *rankings*. Sua escala vai de zero a um e quanto maior o valor, maior a associação. Até 2009, há disponibilidade dos *rankings* tanto pelo IMD quanto pelo DB. No entanto, em 2010, até o momento, apenas temos disponibilidade aos dados divulgados pelo DB. Portanto, para calcular o coeficiente de correlação de Spearman para 2010, repetimos o IMD de 2009.

subjetivas dos empresários. Segundo, o índice DB apresentou melhor aderência com indicadores econômicos, como o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Competitividade etc. Terceiro, os modelos econométricos apresentaram melhor ajuste ao índice DB. E por último, por meio de um exercício, verificamos que a principal crítica em utilizar o DB – a utilização dos dados do município de São Paulo como única referência para a classificação do Brasil no *ranking* – não impacta significativamente os resultados.

Sobre isto, o índice DB coleta dados apenas do município que representa a maior economia do país e, nesse sentido, os valores considerados para o Brasil são referentes à cidade de São Paulo. Existe outro estudo, o *Municipal Scorecard* (MS), que busca medir as barreiras administrativas impostas aos empresários no nível municipal⁶. Para o Brasil, 25 municípios são classificados no ano de 2008⁷. Considerando os três principais indicadores do estudo (obtenção de licenças de funcionamento, dos alvarás de construção e os trâmites para pagamento do Imposto Predial), observa-se que o município de São Paulo realmente possui um desempenho inferior à média da amostra nacional. A crítica na utilização do DB argumenta que usar a cidade de São Paulo como representante do Brasil viesaria negativamente os resultados uma vez que São Paulo está entre as cidades de pior desempenho na maioria dos indicadores, não representando a realidade do Brasil. Vê-se que o resultado obtido no MS está de acordo com a crítica realizada. A fim de avaliar o impacto dessa visão sobre a estimativa do custo econômico da burocracia usando a pesquisa DB, realizamos um exercício, no qual assumimos que os três índices avaliados pela MS são suficientes para propor um nível de burocracia enfrentado nas cidades analisadas.

A liberdade para realizar este exercício é dada pelo fato de que tanto a pesquisa *Municipal Scorecard* como a crítica levantada coincidem na afirmação de que o município de São Paulo possui um desempenho inferior em relação à média nacional, conferindo consistência à pesquisa MS. O exercício consiste em realizar estimativas do custo econômico da burocracia considerando uma suposta reclassificação do Brasil no DB, caso fosse escolhida uma cidade média representativa do Brasil, selecionada dentre os 25 municípios apresentados no “*Municipal Scorecard*” de 2008. Os resultados não mostram uma melhoria muito significativa nas estimativas finais apresentadas sobre os custos econômicos da

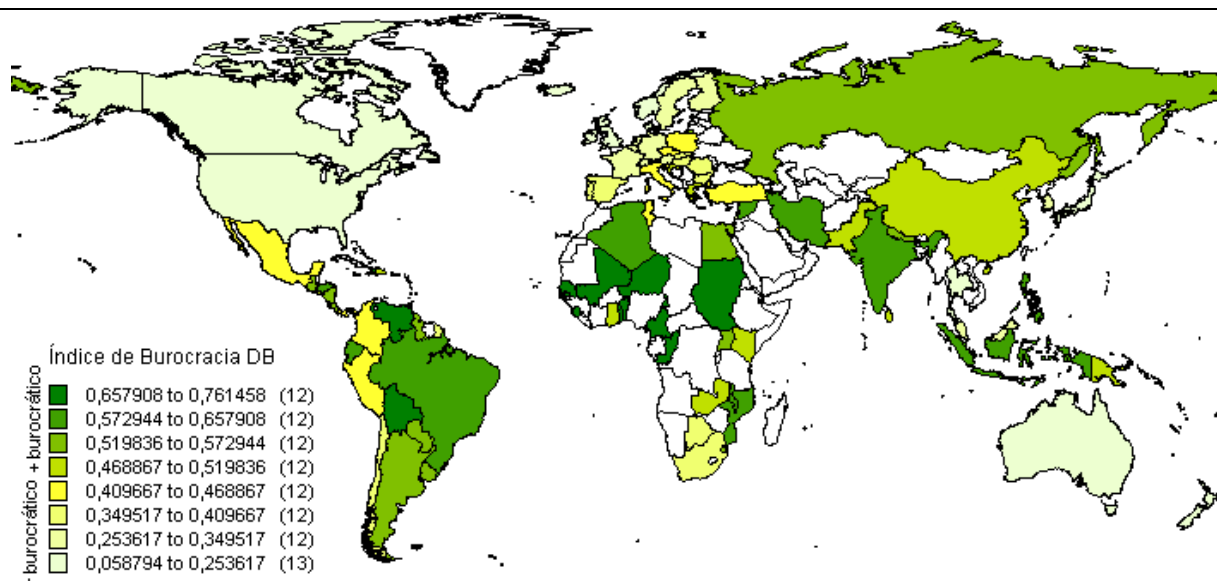
⁶ Pesquisa divulgada pela IFC (Corporação Financeira Internacional).

⁷ Os municípios são Piracicaba, Santos, Teresina, Florianópolis, Manaus, Praia Grande, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Joinville, São Luís, Juazeiro do Norte, Vitória, Recife, Aracaju, São Bernardo do Campo, Cuiabá, Duque de Caxias, São Paulo, Fortaleza, Guarulhos, Campo Grande, Goiânia, Olinda e Curitiba.

burocracia, garantindo robustez aos resultados deste trabalho⁸. Além disso, dado que o município de São Paulo concentra grande parte das empresas do país, é plausível considerá-la representante da dificuldade que a burocracia impõe aos negócios.

O Mapa 1, a seguir, classifica os países de acordo com o DB. Cores mais fortes representam países onde a burocracia é maior⁹.

Mapa 1 – Índice de Burocracia DB – 2010. Cores mais fortes: países mais burocráticos.



Fonte: Banco Mundial - Doing Business. Elaboração: Decomtec/FIESP.

O Gráfico 2 mostra a evolução da burocracia entre 2008 e 2010 para uma amostra de 50 países. O eixo horizontal representa a variação (em pontos percentuais) no indicador de burocracia (DB) entre 2008 e 2010, enquanto o eixo vertical representa o indicador de 2010. Assim, os países se distribuem em quatro quadrantes, sendo que a maioria localiza-se no

O Brasil, a Rússia e a Índia são exemplos de países que, além de possuírem elevada burocracia em 2010, ainda registraram aumento no período de 2008 a 2010

primeiro e segundo quadrantes, sugerindo um aumento geral da burocracia no período. No primeiro quadrante, encontram-se os países com o pior desempenho, pois não somente possuem elevado Índice de Burocracia em 2010,

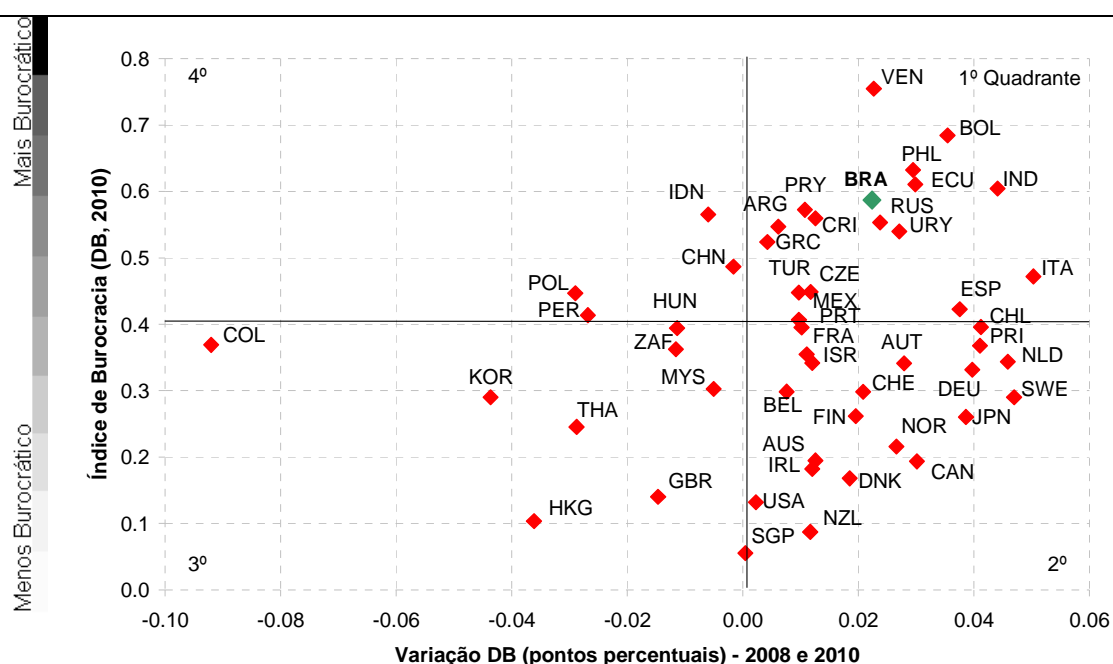
como também registraram aumento da burocracia no período. São exemplos o Brasil, a

⁸ Os resultados indicam que, utilizando a cidade média brasileira, o custo médio anual estimado da burocracia é menos 0,2 pontos percentuais em relação à estimativa apresentada, que utiliza a cidade de São Paulo. A diferença de 0,2 pontos percentuais representa um valor que pode ser considerado dentro da margem de erro.

⁹ Países em branco não possuem dados em 2010.

Venezuela, a Argentina, a Índia e a Rússia. O segundo quadrante representa países que, apesar de se manter baixa, a burocracia tem aumentado no período. É o quadrante que concentra a maioria dos países ricos, como o Canadá, a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão. No terceiro quadrante, estão os países com maior sucesso, pois além de manterem a burocracia num nível reduzido, foram capazes de diminuí-la ainda mais. São exemplos o Reino Unido, Hong Kong e a Coreia do Sul. Por último, no quarto quadrante, embora os países tenham conseguido reduzir a burocracia no período, ainda apresentam índices superiores à média. São exemplos a China, Indonésia e Polônia.

Gráfico 2 – Evolução da burocracia (DB) entre 2008 e 2010 (amostra de 50 países)



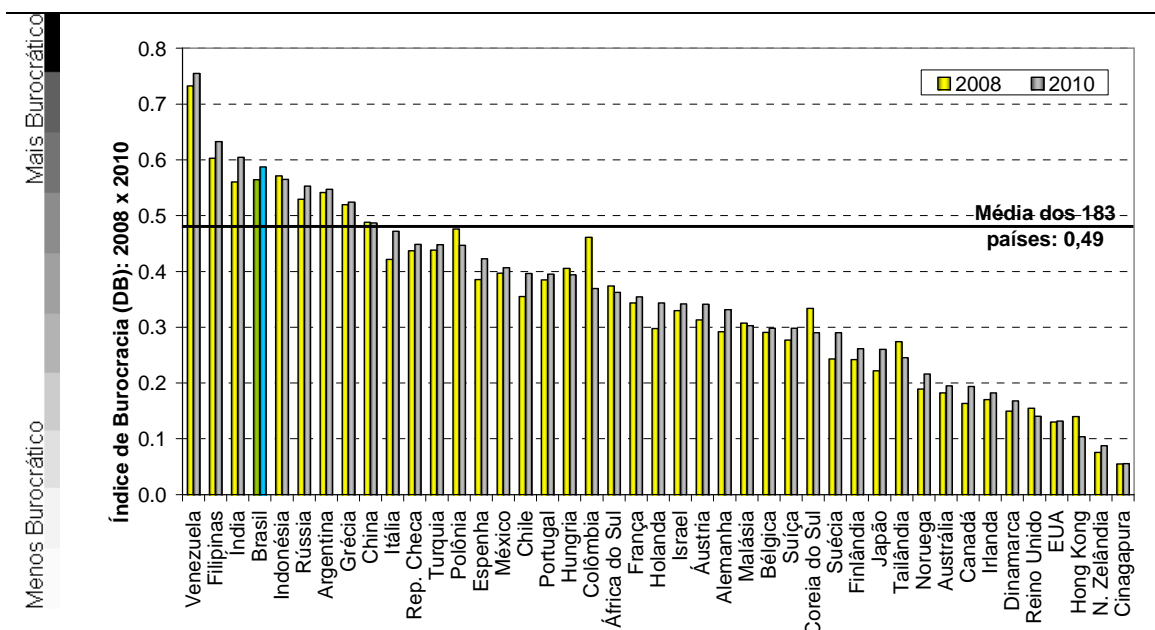
Fonte: Banco Mundial – Doing Business. Elaboração: Decomtec/FIESP.

A cada ano, o Banco Mundial trata de aumentar os países pesquisados. Por isso, para acompanhar a evolução do Brasil, alguns ajustes nos dados são necessários:

- Mantendo para 2010 a mesma base de 178 países pesquisados em 2008, o Brasil perde duas posições no ranking dos países, passando da 122ª colocação em 2008 para a 124ª.
- Em 2010, o Banco Mundial aumentou a pesquisa em mais cinco países, totalizando 183. Como estes têm melhor desempenho do que o Brasil, o país passa a ocupar a 129ª posição, atrás de países como Colômbia (37º), Peru (56º), El Salvador (84º) e Argentina (118º). Em 2010, o Brasil tem um indicador DB de 0,59, em torno de 0,1

ponto acima da média dos 183 países, indicando que a burocracia no país ainda é bastante elevada, como mostra o Gráfico 3¹⁰.

Gráfico 3 – Índice de Burocracia DB: 2008 e 2010



Fonte: Banco Mundial – Doing Business. Elaboração: Decomtec/FIESP.

Para analisar a evolução do Brasil em um período mais longo, recorremos ao Gráfico 4 que mostra os resultados da pesquisa do IMD sobre a percepção dos empresários em relação à dificuldade gerada pela burocracia nos negócios. De acordo com este indicador, a percepção sobre burocracia brasileira aumentou entre 1995 e 2009 em quase um ponto, numa escala de 1 a 7. Apesar de observarmos uma redução na percepção da burocracia em 2009 e 2010, estes resultados são piores do que o obtido em 2000, quando o Brasil atingiu o menor Índice de Burocracia percebida da série (2,96). De acordo com o IMD, em 2009, o Brasil ocupava a 42ª posição entre 57 países, atrás da Malásia (16º), Índia (33º) e Coreia do Sul (39º). Além disso, o Gráfico 4 compara a evolução brasileira com alguns países para o período de 1995 e 2009. O gráfico apresenta a média da burocracia percebida para três conjuntos de países, além do Brasil:

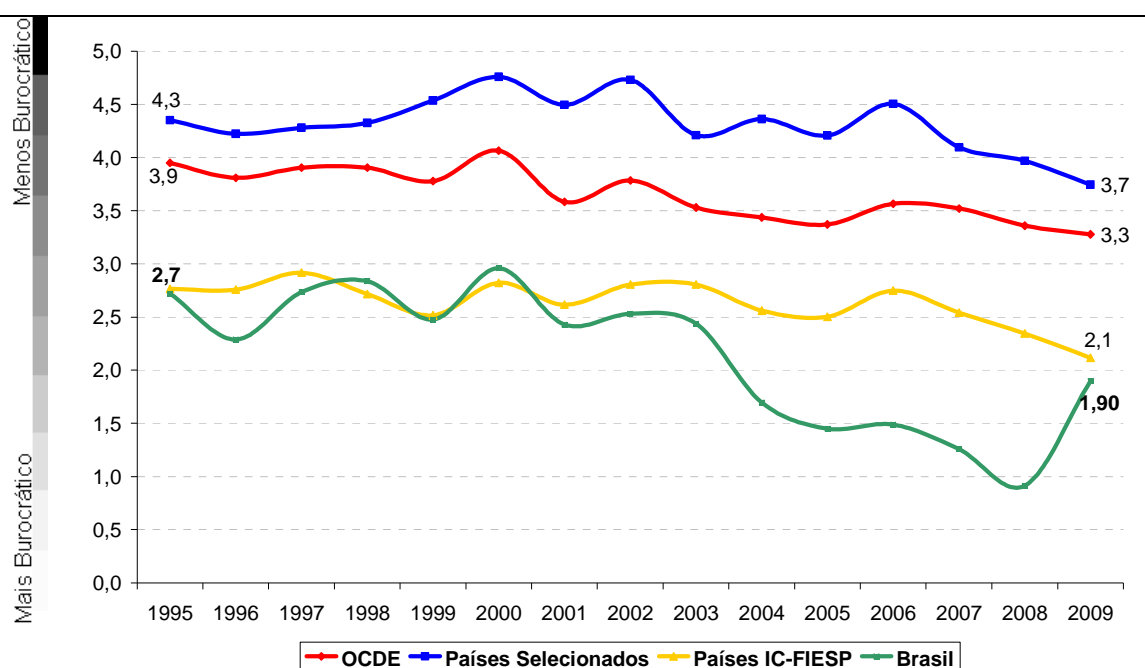
- A média da burocracia percebida nos 43 países que compõem o Índice de Competitividade da Fiesp (IC-FIESP) mantém uma certa proximidade com o resultado observado no Brasil até o ano de 2000, a partir do qual, o Brasil

¹⁰ Os 43 países que compõem este gráfico são os mesmos utilizados para avaliar a competitividade das nações, pelo índice IC-FIESP, elaborado anualmente pelo Decomtec/FIESP.

descola e aumenta a burocracia percebida no país até 2008. Em 2009, os desempenhos voltam a se aproximar.

- A média da burocracia percebida nos países da OCDE mantém-se em torno de 1,5 pontos menor do que o Brasil no período de 1995 a 2009.¹¹
- Seleccionamos uma cesta de 12 países (os países Seleccionados) que apresentam uma burocracia menor do que a brasileira. Esta cesta será usada ao longo do trabalho como forma de comparar o desempenho do Brasil. No Gráfico 4, os países Seleccionados possuem uma burocracia percebida, em média, 2,1 pontos menor do que a brasileira no período de 1995 a 2009.¹²

Gráfico 4 – Evolução da burocracia percebida no país – IMD (maior o valor do indicador, menor é a burocracia percebida do país)



Fonte: IMD. Elaboração: Decomtec/FIESP.

Em 2010, o Brasil ocupa a 129ª posição dentre os 183 países pesquisados no Doing Business, apresentando um Índice de Burocracia DB de 0,59, em torno de 0,1 ponto acima da média dos países, indicando que a burocracia no país ainda é bastante elevada

¹¹ Os países da OCDE são Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia. Na média mostrada no gráfico, exclui-se a Islândia, que não possui dado na base do IMD.

¹² O grupo de países Seleccionados é formado por: Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Irlanda e Japão. Na evolução da média dos países Seleccionados mostrada no gráfico, exclui-se a Costa Rica, que não possui dado na base do IMD.

3. Burocracia e Governança

Visto que a burocracia inibe a capacidade do governo de gerar, processar e distribuir informações eficientemente, ela é apontada como um dos principais determinantes da qualidade das instituições, o que afeta fortemente o desenvolvimento econômico. Na medida em que a burocracia reduz a capacidade dos países de executar suas funções eficientemente, os dois conceitos, burocracia e governança, estão relacionados (KNACK; KEEFER, 1995; ACEMOGLU; JONHSON; ROBINSON, 2001; EVANS; RAUCH, 1999; RAUCH; EVANS, 1999; KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2003). Buscando medir a qualidade das instituições de um país, o Banco Mundial divulga, desde 1996, seis indicadores de governança, relacionados no Quadro 1. Dentre esses, analisaremos a relação da burocracia com os indicadores “Efetividade do Governo”, “Eficácia da Lei”, “Qualidade da Estrutura Regulatória e “Controle da Corrupção.

Quadro 1 – Indicadores de governança – Banco Mundial

Indicadores de Governança		
<p>Voz e Transparência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • condições da participação dos cidadãos nas eleições livres e justas de seus governantes • liberdade civis, de imprensa e na criação de associações • transparência nas ações públicas • envolvimento militar na política • estabilidade institucional 	<p>Estabilidade Política e Ausência de Violência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • probabilidade do governo ser desestabilizado por atos violentos e anticonstitucionais • existência e ação de grupos separatistas • demonstração de conflitos sociais • frequência de assassinatos políticos • guerra civil e terrorismo 	<p>Efetividade do Governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • qualidade e eficiência dos serviços públicos • qualidade na formulação e implementação das políticas públicas • lentidão e excesso burocrático • vulnerabilidade da administração ante pressões políticas • continuidade administrativa em mudanças de governo
<p>Eficácia da Lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> • validade efetiva dos contratos • custos das atividades criminosas e de fraudes bancárias • possibilidade de cidadãos acionarem o governo • independência do Poder Judiciário • obediência dos cidadãos a sentenças judiciais • prevalência das atividades informais • evasão fiscal • confiança no Judiciário na proteção à propriedade 	<p>Qualidade da Estrutura Regulatória:</p> <ul style="list-style-type: none"> • habilidade do governo em formular e implementar políticas que permitem e promovem o desenvolvimento do setor privado • práticas injustas de competição, controle de preços, protecionismo excessivo • burocracia excessiva na regulamentação administrativa 	<p>Controle da Corrupção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • desvio de recursos públicos • honestidade financeira dos políticos • frequência de casos de corrupção no governo • frequência de pagamento de propina para obter facilidade nos negócios • frequência de sonegações

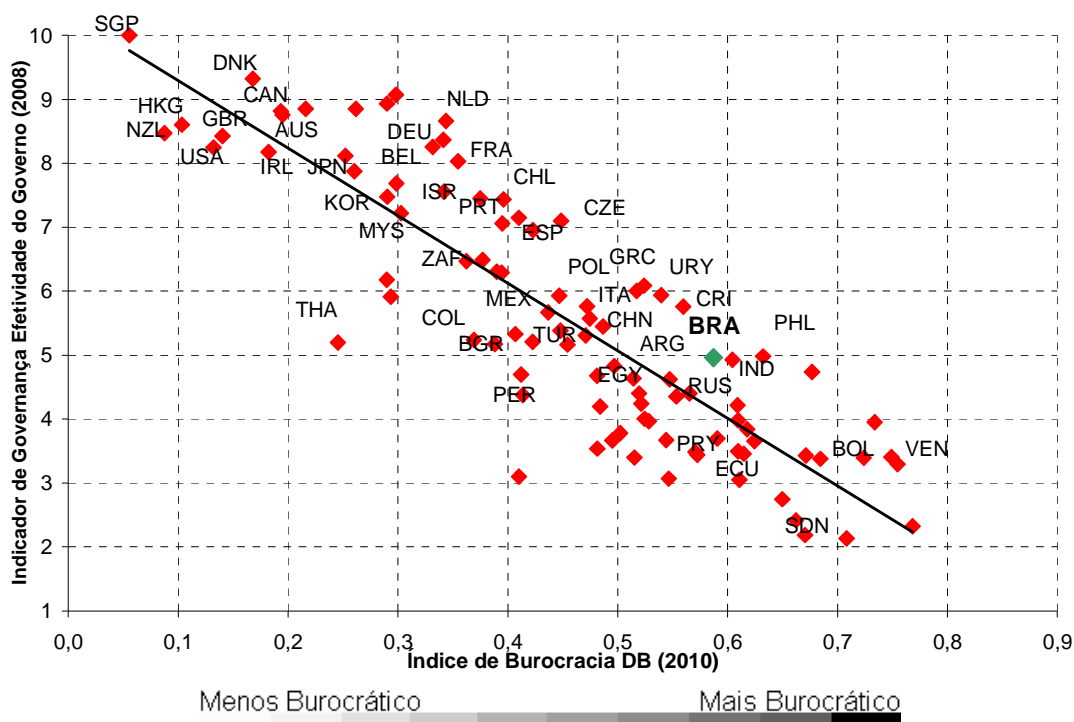
Fonte: Banco Mundial e Abramo (2000). Elaboração: Decomtec/FIESP.

Os indicadores “Efetividade do Governo” e “Eficácia da Lei” tratam da qualidade institucional tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, e pelos Gráficos 5 e 6, a seguir, obtemos evidências de que ambos possuem uma relação com o Índice de Burocracia DB. Quanto maior o valor do indicador, melhor é a governança do país¹³.

O Gráfico 5 mostra a relação entre o Índice de Burocracia DB e o indicador de governança Efetividade do Governo. Tanto o gráfico quanto o cálculo da correlação¹⁴ de 0,87 mostram que o nível de burocracia está relacionado com a efetividade do governo, permitindo concluir que existe uma tendência de que governos mais eficazes sejam associados à menores níveis de burocracia no país. Considerando a relação linear entre os valores, vemos que dado o nível de burocracia do Brasil, o país deveria apresentar menor Efetividade do Governo. Isso implica que a burocracia do país pressiona negativamente a Efetividade do Governo.

Maior efetividade do governo e maior eficácia das leis relacionam-se com menor Índice de Burocracia. No Brasil, a elevada burocracia pressiona negativamente a Efetividade do Governo

Gráfico 5 – Relação entre o Indicador Efetividade do Governo e o Índice de Burocracia DB



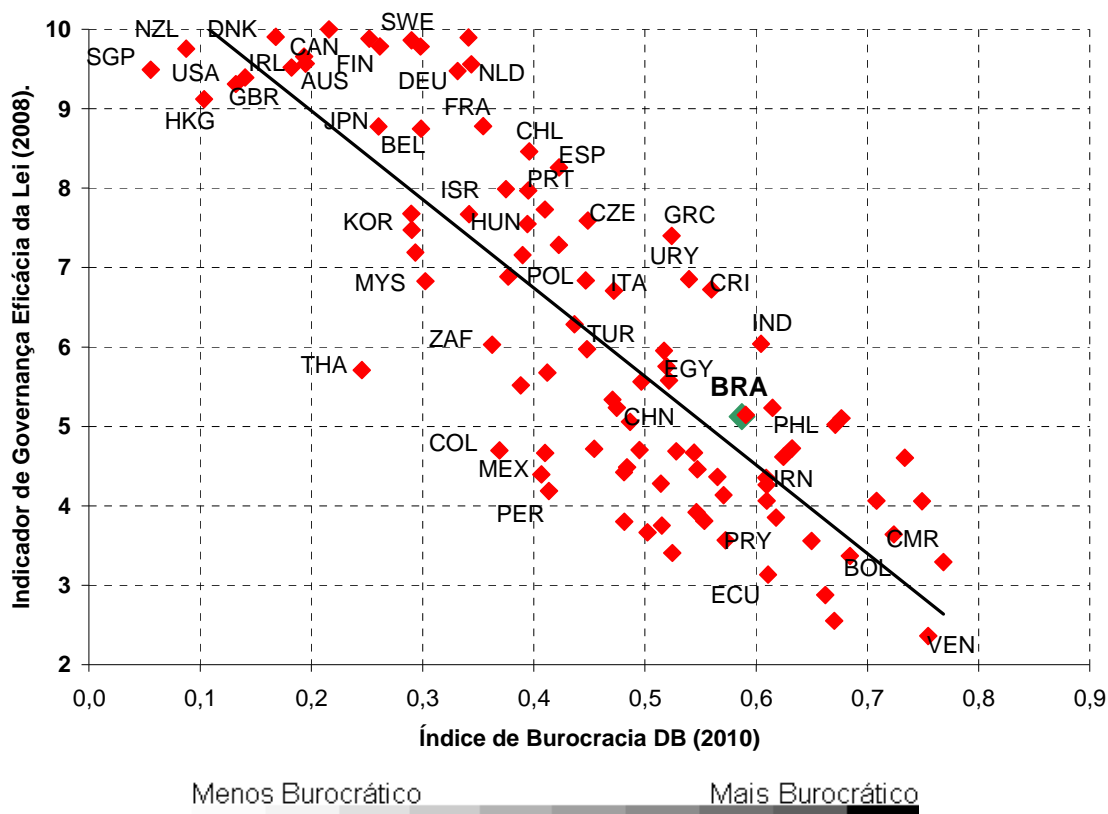
Fonte: Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

¹³ Os dados de governança considerados neste trabalho sofreram uma transformação linear para levá-los a uma escala de 0 a 10, procedimento que não altera as propriedades estatísticas das séries.

¹⁴ A correlação mede o grau de associação linear entre duas variáveis.

O Gráfico 6 mostra a relação entre o indicador de governança Eficácia da Lei e o Índice de Burocracia DB. O gráfico e a correlação de 0,83 mostram que um maior nível de burocracia pode ser associado com menor eficácia das leis no país. A pesquisa realizada pela FGV na construção do Índice de Confiança na Justiça (ICJ BRASIL) revela que mais de 90% dos moradores de sete regiões metropolitanas consideram que a Justiça no Brasil é lenta. Parte deste índice mede a percepção sobre o tempo de solução de conflitos, custos e facilidade de acesso. Considerando a relação linear entre os valores, vemos que o Brasil tem um indicador de governança Eficácia da Lei compatível com sua burocracia.

Gráfico 6 – Relação entre o Indicador Eficácia da Lei e o Índice de Burocracia DB

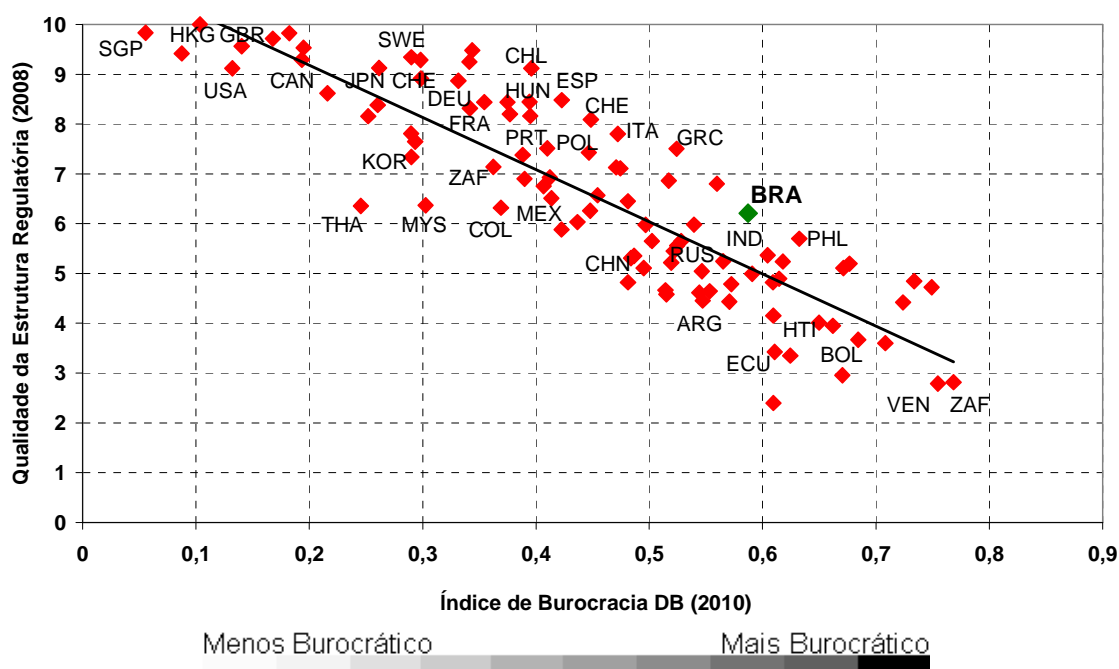


Fonte: Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

No Gráfico 7 verifica-se a relação entre o Índice de Burocracia DB e o indicador de governança Qualidade da Estrutura Regulatória. Tanto o gráfico quanto o cálculo da correlação de 0,88 mostram que o nível de burocracia está relacionado com a qualidade da estrutura regulatória do mercado: uma boa qualidade da regulação tende a se relacionar com menores níveis de burocracia no país¹⁵. Observando a relação linear no gráfico, o Brasil deveria apresentar pior índice de Qualidade da Estrutura Regulatória para seu nível de burocracia, implicando que a elevada burocracia brasileira pressiona negativamente a Qualidade da Estrutura Regulatória, dificultando o desenvolvimento do mercado privado no país.

A elevada burocracia brasileira pressiona negativamente a Qualidade da Estrutura Regulatória, prejudicando o desenvolvimento do mercado privado no país

Gráfico 7 – Relação entre Índice de Burocracia DB (2010) e o indicador de governança Qualidade da Estrutura Regulatória (2008)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

A elevada burocracia cria um ambiente propício para a corrupção. As inúmeras exigências formais e a complexidade dos procedimentos estimulam tanto tentativas diretas de subornos e propinas, a fim desobstruir os negócios, como a inserção das empresas na economia

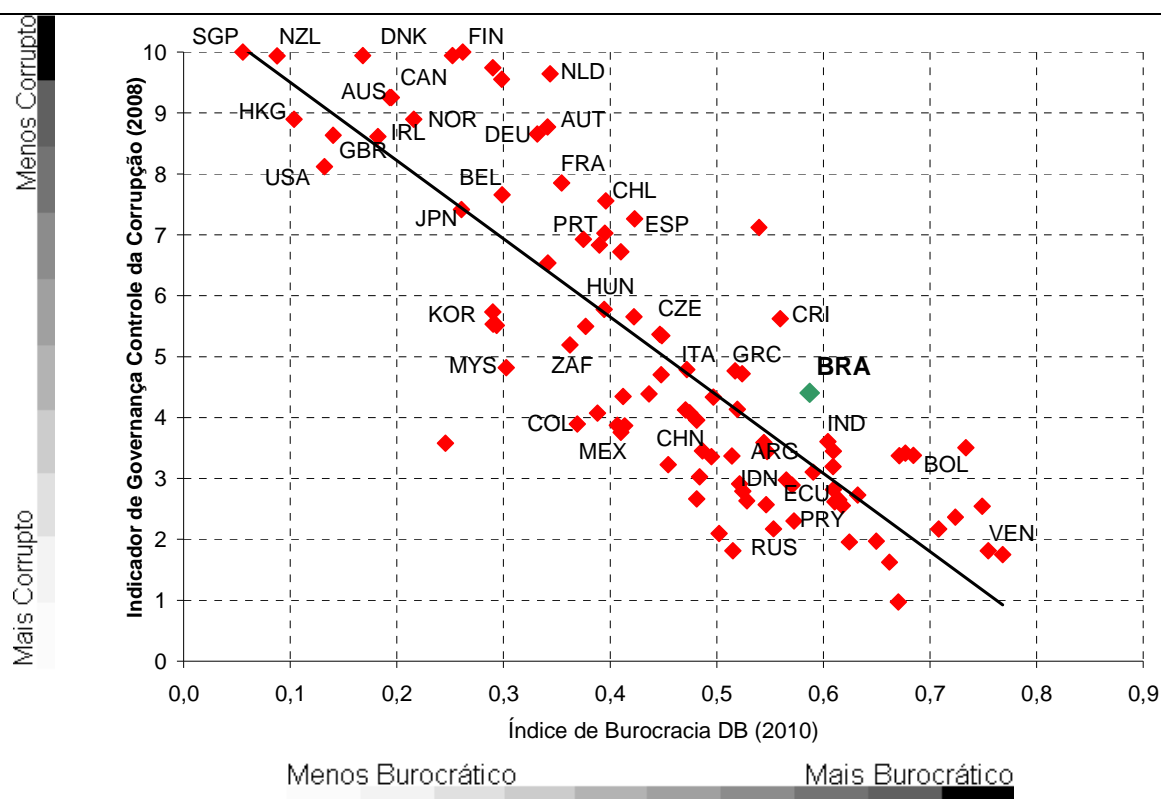
¹⁵ Apesar do indicador de governança Qualidade da Estrutura Regulatória conter alguns elementos da pesquisa do *Doing Business*, considera também outros índices, divulgados por mais de 15 instituições, que revelam outros aspectos da burocracia além dos levantados pelo Banco Mundial, de forma que a correlação calculada não é espúria.

informal. Vários autores sugerem a existência de uma relação positiva entre burocracia e corrupção (HALL; JONES, 1997; BAI; WEI, 2003; WALLER *et al*, 2000; OLIVEIRA, 2006). O Gráfico 8 mostra essa relação entre o indicador de governança Controle da Corrupção e o Índice de Burocracia DB. Tanto o gráfico quanto a correlação de 0,84 revelam que elevada

A elevada burocracia brasileira pressiona para a criação de um ambiente propício para a corrupção

burocracia é relacionada com maiores níveis de corrupção (menor controle). Considerando a relação linear entre os valores, vemos que a elevada burocracia do Brasil pressiona para existência de práticas corruptas.

Gráfico 8 – Relação entre o Indicador Controle da Corrupção e o Índice de Burocracia DB



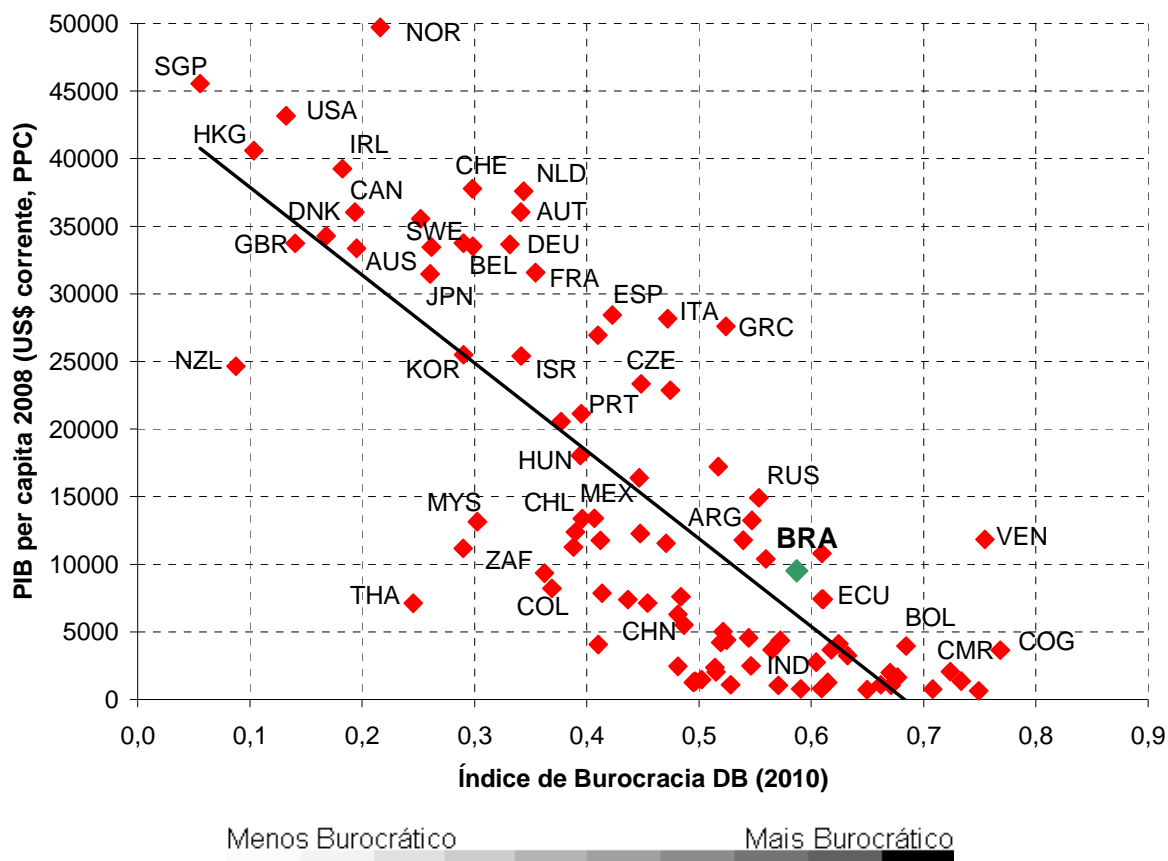
Fonte: Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

4. Burocracia e Competitividade

Existem vários canais pelos quais a burocracia pode retardar o crescimento e afetar o desempenho econômico e social do país. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é uma medida de riqueza da população do país ao qual vários indicadores sociais estão associados. Pelo Gráfico 9, que considera a relação entre o Índice de Burocracia DB e o PIB

per capita de 94 países, pode-se concluir que países com maior burocracia tendem a apresentar menor nível de PIB per capita¹⁶.

Gráfico 9 – Relação entre o Índice de Burocracia DB (2010) e o PIB per capita (US\$ correntes, PPC, 2008)



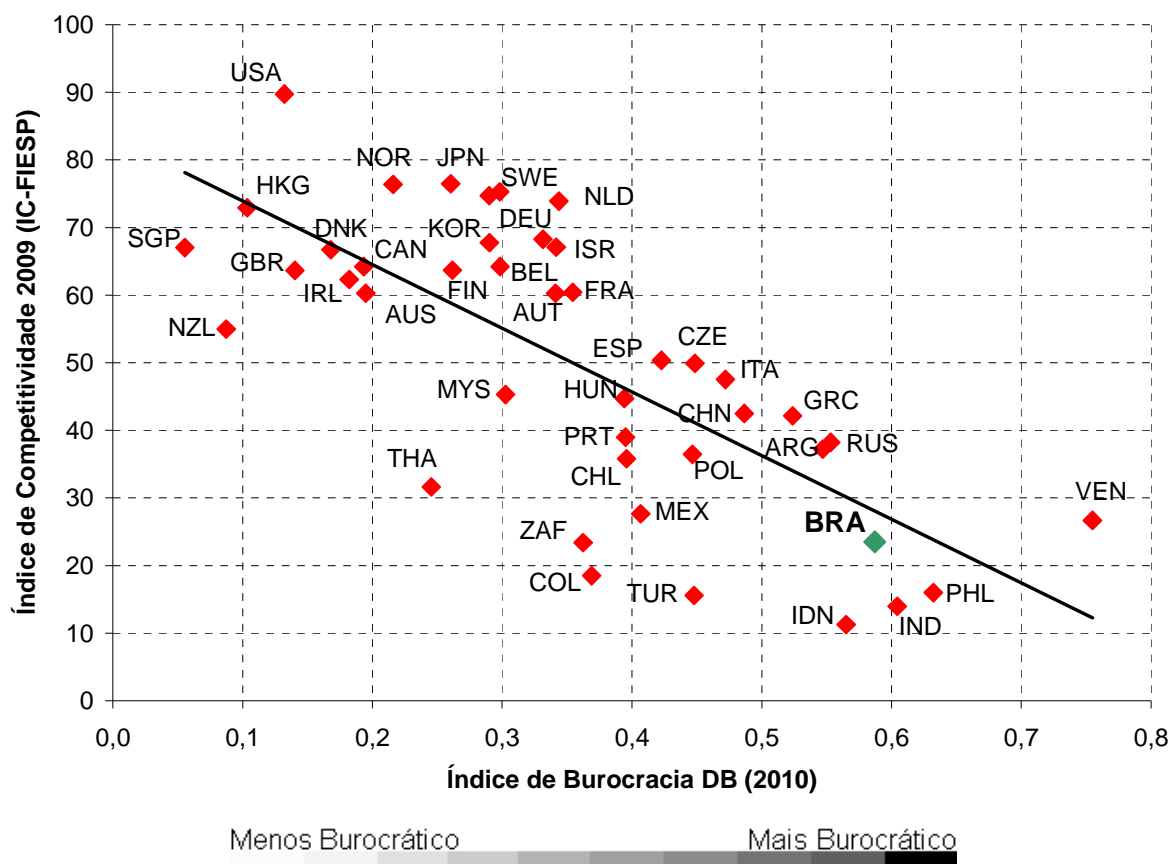
Fonte: World Economic Outlook e Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

Nota-se também uma relação inversa entre a burocracia e a competitividade do país. O Gráfico 10 relaciona o Índice de Burocracia DB e o Índice de Competitividade das Nações, divulgado anualmente pelo IC-FIESP para 43 países. Observa-se que os países onde a burocracia é maior tendem a apresentar menor nível de competitividade¹⁷.

¹⁶ O PIB per capita dos países é medido em preços correntes corrigidos pela Paridade do Poder de Compra (PPC), que é a taxa de câmbio calculada a partir dos valores de uma mesma cesta de bens e serviços. A correlação entre as duas séries, considerando os 94 países, é de 0,80.

¹⁷ A correlação entre as duas séries, considerando os 43 países, é de 0,73.

Gráfico 10 – Relação entre o Índice de Burocracia DB (2010) e o Índice de Competitividade das Nações IC-FIESP (2009)

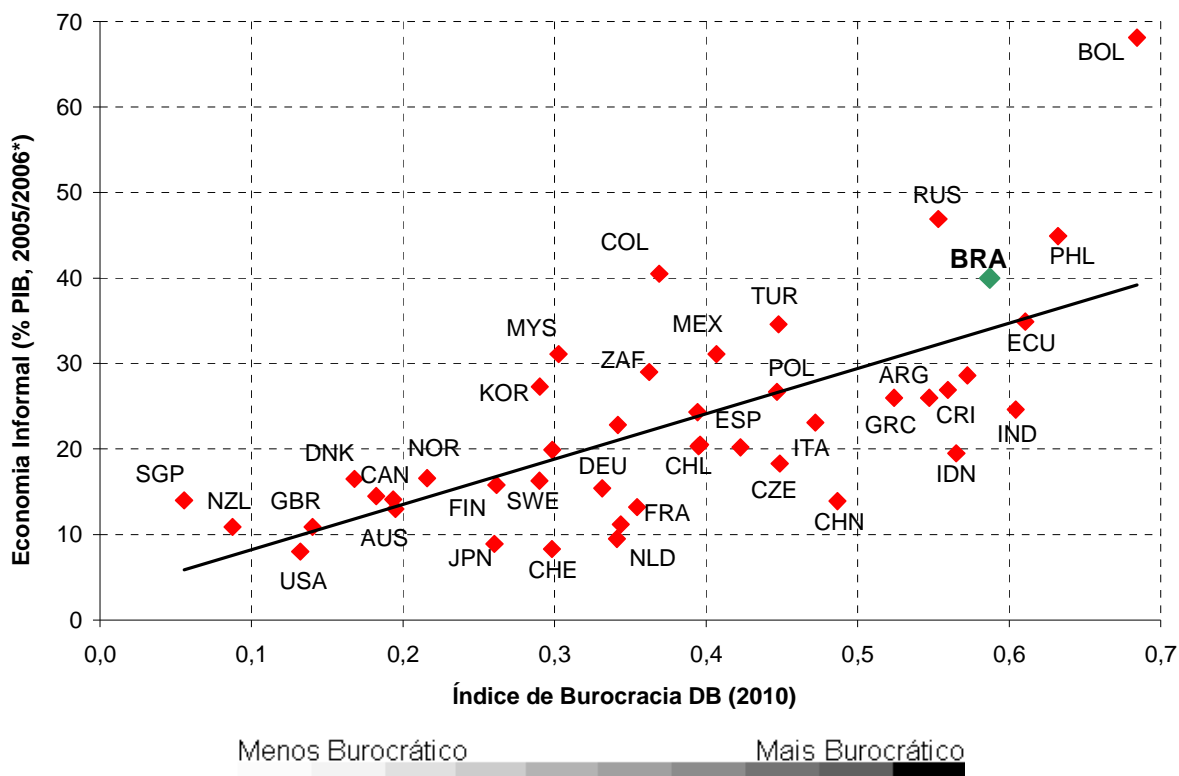


Fonte: FIESP e Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

O Gráfico 11 mostra a relação entre a burocracia e o tamanho da economia informal do país (medido em porcentagem do PIB)¹⁸. Apesar de não ser o único fator, é possível argumentar que maiores níveis de burocracia tendem a se associar com maiores economias informais no país, impactando a arrecadação tributária e comprometendo o crescimento do país. Observa-se que para o nível de burocracia do Brasil, o país deveria apresentar um menor tamanho da economia informal, o que implica que a burocracia pressiona para que as atividades sejam informais.

¹⁸ A correlação entre as duas séries, considerando 74 países (os dados para tamanho da economia informal são limitados), é de 0,67.

Gráfico 11 – Relação entre o Índice de Burocracia DB (2010) e o Tamanho da Economia Informal (% PIB) (2006)



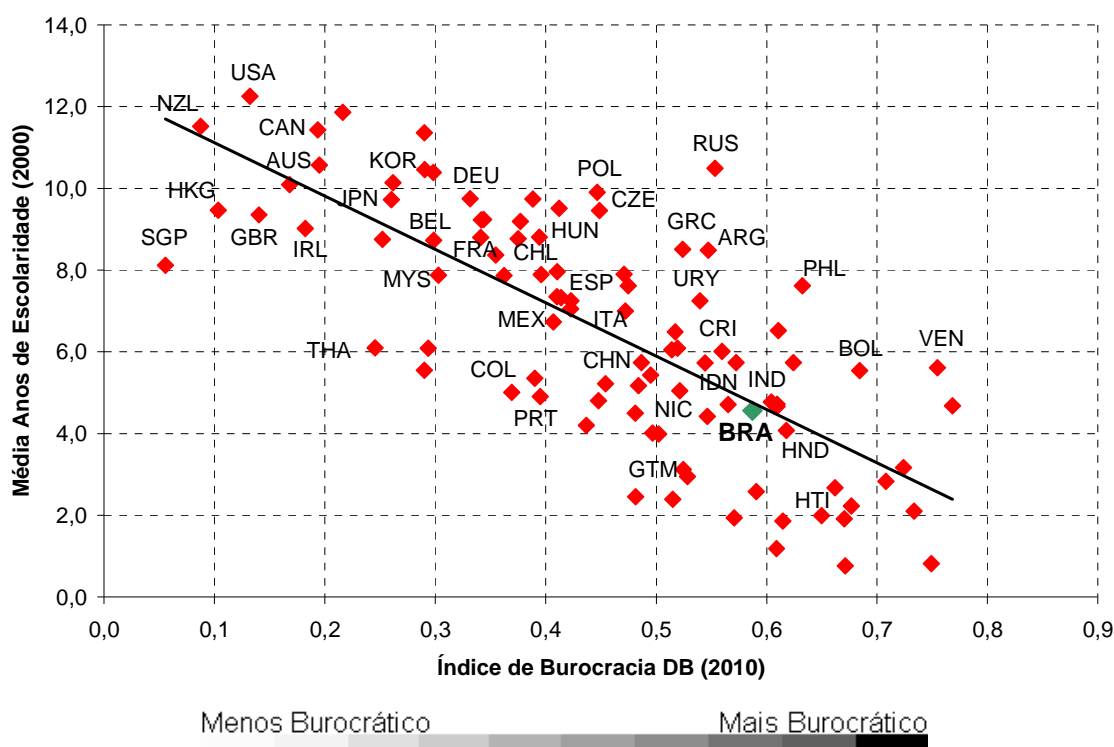
* Para os países Argentina, Botswana, Brasil, Camarão, República do Congo, Equador, Gana, Indonésia, Malásia, México, Panamá e Síria os dados são referentes a 2005. O restante é 2006.

Fonte: Banco Mundial – Easy of Doing Business (2010) e Schneider e Buehn (2009). Elaboração: Decortec/FIESP.

O Gráfico 12 relaciona a burocracia ao nível de escolaridade médio da população do país¹⁹. Tanto o gráfico quanto a correlação indicam que menores níveis de burocracia, por resultarem em maior efetividade dos gastos públicos, tendem a se associar com maiores níveis de escolaridade.

¹⁹ A correlação entre as duas séries, considerando 97 países, é de 0,75.

Gráfico 12 – Relação entre Índice de Burocracia DB (2010) e a Média dos Anos de Escolaridade (2000)



Fonte: Barro e Lee (2000) e Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP.

Países com maiores níveis de burocracia tendem a apresentar menor PIB per capita, pior competitividade, menor nível de escolaridade e maior tamanho da economia informal

5. Análise Comparativa com os Países Selecionados

Na Tabela 1, comparamos o Brasil a alguns países em relação a indicadores de burocracia e qualidade institucional. O conjunto de países Selecionados é formado por 12 nações que representam níveis de burocracia inferiores ao Brasil²⁰. Além disso, são escolhidos quatro indicadores de governança que apontam a qualidade institucional na medida em que avaliam a eficiência da administração pública.

²⁰ Fazem parte deste grupo Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Irlanda e Japão.

Dentre os indicadores considerados, quatro subfatores do Índice de Burocracia DB exemplificam a desvantagem que o Brasil apresenta em comparação com os países Seleccionados:

-
- *Enquanto no Brasil são gastas 2.600 horas ao ano para o pagamento de tributos, nos países Seleccionados esta tarefa requer apenas cerca de 200 horas²¹. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário estima que uma empresa média no Brasil precisou atender 3.207 normas tributárias em 2008 (IBPT, 2008).*
 - O Brasil precisa realizar dez procedimentos a mais do que os países Seleccionados e os da OCDE para conseguir abrir uma empresa. Segundo a pesquisa do IBOPE (2008) sobre burocracia, 73% dos brasileiros consideram difícil/muito difícil abrir uma empresa.
 - A obtenção de um registro de propriedade territorial no Brasil exige nove procedimentos a mais do que nos países Seleccionados, encarecendo o processo. A pesquisa do IBOPE (2008) revela que enquanto 50% dos brasileiros acreditam que o processo de comprar ou alugar um imóvel é difícil/muito difícil, 31% consideram fácil/muito fácil²².
 - O encerramento de uma empresa é um processo difícil/muito difícil para cerca de 70% dos brasileiros, refletindo os dois anos a mais que o Brasil leva em relação aos países da OCDE para realizar esse procedimento.

²¹ O IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) declarou que, em 2009, os brasileiros trabalharam quase cinco meses (do início de janeiro até 27/maio) apenas para pagar os impostos. http://www.ibpt.com.br/home/publicacao.view.php?publicacao_id=13709

²² Os 19% restantes correspondem à resposta “Nem muito fácil/nem muito difícil”.

Tabela 1 – Comparação entre países – Relação entre governança e burocracia

Fator	Indicador	Brasil	Países selecionados	OCDE
Burocracia¹				
	Abrir uma empresa (procedimentos)	16	6	6
	Obter licenças de construção (procedimentos)	18	15	16
	Empregar trabalhadores (custo demissão) ²	45,89	30,82	29,62
Qualidade do ambiente de negócios (facilidade em...)	Registro de propriedade (procedimentos)	14	5	5
	Obter Crédito (índice) ³	3,00	7,00	6,61
	Pagar tributos (horas/ano)	2600	202	216
	Comercializar com o exterior (dias)	14	10	12
	Cumprir contratos (dias) ⁴	616	428	472
	Fechar uma empresa (anos)	4,00	1,47	1,84
	Proteção aos investidores (índice)	5,33	6,42	5,85
		Índice de Burocracia DB	0,59	0,27
Governança⁵				
	Efetividade do governo	4,96	8,05	7,69
Eficiência da administração pública	Qualidade da regulação	6,21	8,81	8,62
	Eficácia da Lei	5,12	8,88	8,61
	Controle da Corrupção	4,41	8,27	7,80

Fonte: Indicadores de Governança do Banco Mundial (2008); Banco Mundial – Easy of Doing Business (2010). Elaboração: Decomtec/FIESP.

¹ Quanto maior o indicador, maior é a burocracia do país.

² Custo em termos de semanas de salário.

³ Índice de proteção dos direitos legais (quanto maior o índice, maior a proteção).

⁴ Tempo necessário para resolver uma disputa comercial na Justiça.

⁵ Quanto maior o indicador, melhor é a governança do país. O significado de cada indicador encontra-se no Quadro 1 deste trabalho (Capítulo 3. Burocracia e Governança).

Conclui-se, da Tabela 1, que a alta burocracia influencia negativamente a governança do setor público, prejudicando a qualidade das instituições e o desenvolvimento das atividades econômicas do país

Comparando com os países Selecionados e os países da OCDE, o Brasil possui um pior desempenho em termos de burocracia (0,3 pontos maior do que esses países, em um indicador que varia entre zero e um), implicando em piores resultados de governança: o

Brasil tem de menos dois a quatro pontos percentuais nestes indicadores, se comparados aos países Seleccionados e da OCDE, numa escala de zero a 10.

6. Efeitos Econômicos da Burocracia

Existem vários canais pelos quais a burocracia excessiva torna-se um custo para a sociedade, aumentando o tempo e os custos de produção, retardando o crescimento econômico e reduzindo a competitividade do país:

- Gera ineficiência na administração pública e aumenta os gastos públicos. Na medida em que o controle e a fiscalização são prioritários, as ações do setor público são atrasadas, prejudicando a economia dado que os empresários perdem o *timing* na realização de negócios. Ao aumentar o número de fiscais, o custo de processamento e armazenamento das informações, a administração pública “incha”, tornando-se mais lenta e dispendiosa. De acordo com Folha (2010c), o Brasil gasta mais com seu funcionalismo público do que países como Japão, Reino Unido e Espanha. A remuneração desse setor no Brasil representa 12% do PIB, um pouco superior à média dos países da OCDE, de 11% do PIB²³. Apesar do tamanho do setor público em relação ao PIB ser semelhante ao brasileiro, deve-se que considerar a diferença dos serviços públicos prestados pelos países da OCDE e Brasil (tanto em termos de quantidade como de qualidade).
- Uma das consequências mais perversas do excesso de burocracia é a informalidade. Os custos que a formalização implicam, gerados em especial pela rigidez e complexidade regulatória e tributária, são tão elevados que estimulam os empresários a escolherem o setor informal. As sequelas são diversas: a perda da arrecadação para o Estado, desincentivo ao crescimento devido ao receio da fiscalização, menor emprego de trabalhadores, maior dificuldade de acesso ao Judiciário e ao mercado de capitais dificultando a realização de investimentos e estimulando o surgimento da corrupção por meio do pagamento de propinas a policiais e fiscais. São fatores que geram perda da produtividade, prejudicando o potencial de crescimento do PIB (MCKINSEY, 2004). A Tabela 2 mostra, como já destacado, que a burocracia brasileira é quase 0,3 pontos maior do que a dos países Seleccionados e da OCDE em uma escala medida entre 0 e 1. É possível associá-la

²³ Dado de 2006, utilizando fontes da OCDE, do IBGE e OIT-Labourstat

ao tamanho da economia informal: no Brasil representa 40% do PIB e mais de 20 pontos percentuais acima dos países Selecionados e OCDE.

Tabela 2 – Burocracia e Economia Informal

Fator	Brasil	Países selecionados	OCDE
Burocracia e Informalidade¹			
Tamanho da economia informal (% do PIB)	40,00	16,55	17,36
Índice DB de Burocracia	0,59	0,27	0,32

Fonte: Banco Mundial – Easy of Doing Business (2010) e Schneider e Buehn (2009). Elaboração: Decomtec/FIESP.

¹ Tamanho da economia informal em relação ao PIB. Dados em Schneider e Buehn (2009) referentes ao ano de 2006, à exceção do Brasil, cujo dado é de 2005.

- O excesso de burocracia tende a implicar maiores níveis de carga tributária no país. Primeiro porque é necessário que as receitas tributárias sejam suficientes para arcar com um funcionalismo público maior e mais caro, como já observamos ocorrer no Brasil. Segundo, dado que o excesso burocrático estimula a informalidade, o país perde a possibilidade de arrecadar tributos neste setor. Como o Estado deve, mesmo assim, financiar a administração e os projetos públicos, a carga tributária, que representa o principal obstáculo às empresas brasileiras para a realização de investimentos, segundo a Pesquisa Fiesp de Obstáculos ao Investimento (FIESP, 2010a), sobre o restante da economia tende a ser mais elevada.
- A burocracia tem um efeito negativo no investimento produtivo (MAURO, 1995; AYAL; KARRAS, 1995). De acordo com a CNI (2010), o excesso de burocracia é um dos motivos da lentidão das instituições financeiras, prejudicando o acesso ao crédito. É o que confirma a Pesquisa Fiesp de Obstáculos ao Investimento (2010a) que relata que 38% das empresas apontam o excesso de exigências e a falta de documentos como o principal empecilho relacionado ao acesso ao crédito²⁴. Conseqüentemente, a firma tende a financiar-se por recursos próprios, limitando a capacidade produtiva, ou abandona a decisão de investimento. Se, por um lado, burocracias competentes são capazes de ajudar os empresários a resolver problemas de coordenação e de facilitar o acesso às informações, por outro, empresários avessos ao risco evitarão realizar investimentos em um ambiente de burocracia instável e imprevisível. Além disso, a burocracia emperra também os investimentos em Inovação, Pesquisa e Tecnologia, diminuindo a eficiência da

²⁴ Perdendo apenas para o item falta de garantias ou garantias elevadas, com 39% das respostas.

produção de conhecimento no país. A pesquisa “Obstáculos à Inovação” realizada pelo Decomtec/Fiesp em 2010 (FIESP, 2010b) revelou que 43% das empresas da indústria de transformação relacionam a dificuldade da obtenção de financiamento devido ao excesso de exigências, além da falta de documentação e obtenção de certidão negativa, questões que se associam, em certa medida, com a burocracia. De acordo com o INPI²⁵ e a consultoria London Economics (2010), em relação à concessão de patentes, enquanto que o escritório europeu levava, em 2007, mais de 45 meses para conceder uma patente (EUA e Japão um pouco mais de 30 meses), no Brasil, o prazo é de 7,2 anos (mais de 80 meses).

- A burocracia afeta também o desempenho no ensino escolar: em pesquisa realizada pela Fundação Victor Civita (2009), com relação à gestão de aprendizagem, 48% dos diretores da rede pública de ensino tem que tratar de questões administrativas, burocráticas e de orçamento todo o dia, ocupando tempo e recursos da instituição que poderiam ser aplicados de forma a aumentar a média dos anos de escolaridade dos brasileiros²⁶.
- Prejudica a competitividade externa do país, na medida em que os custos para realizar os procedimentos e a demora nos processos implicam em aumento do preço do produto ou na redução do faturamento das empresas. Segundo a pesquisa do CNI (2008), dentre as operações portuárias, a burocracia na liberação da carga foi o principal obstáculo mencionado pelas empresas exportadoras (65,3% dos respondentes). Segundo o relatório do Banco Mundial (BIRD, 2010), no Brasil são necessários, em média, 5,47 dias para liberação alfandegária, enquanto que na Coreia do Sul e no Chile a espera é de apenas 1 e 1,32 dias, respectivamente²⁷.

²⁵ Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

²⁶ Pesquisa realizada pela Fundação Victor Civita em parceria com o IBGE Inteligência, lançada em 2009. A amostra foi construída com escolas das cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Os tópicos de gestão de aprendizagem considerados são i) acompanhamento do cronograma de reuniões periódicas dos professores com o coordenador pedagógico, ii) realização de reuniões com o coordenador para discutir o ensino e a aprendizagem de alunos e professores, iii) elaborar e analisar com regularidade as planilhas de acompanhamento de aprendizagem dos alunos, iv) oferecer na escola atividades para apoio aos alunos com dificuldade, v) realizar reuniões com a equipe técnica da Secretaria de Educação, vi) elaboração e revisão do projeto político pedagógico, vii) acompanhamento e análise dos resultados de avaliações externas e viii) substituição de professores.

²⁷ O dado supõe ser necessária uma inspeção física.

O Quadro 2 ilustra os efeitos econômicos da burocracia. As principais consequências são a redução da eficiência do gasto público e o desestímulo ao investimento privado. A condição do Brasil é comparada à média dos mesmos países Seleccionados considerados na Tabela 1²⁸. O ponto de partida é dado pelo Índice de Burocracia DB. Enquanto a média do DB entre 2008 a 2010 para o Brasil foi de 0,57, os países selecionados obtiveram um índice médio de 0,27 indicando a menor burocracia nestes países. Como vimos pelo Gráfico 5, países com menor burocracia tendem a apresentar maiores índices no quesito efetividade do governo. A relação entre os índices é clara, assim como a fraca qualidade institucional do Brasil comparado aos países Seleccionados. A elevada burocracia estimula as empresas a ingressarem na economia informal: enquanto a economia informal representa 40% do PIB no Brasil, é apenas 16,6% nos países Seleccionados.

*A elevada burocracia tende a reduzir a
efetividade do governo e a estimular o
ingresso das empresas à economia informal*

A burocracia reduz a eficiência do gasto público, notadamente dos gastos sociais, como ilustra a parte superior do Quadro 2, que relaciona dados do consumo do governo, carga tributária da economia, gastos de saúde e educação, todos expressos em proporção do PIB. Apesar do peso do governo na economia do Brasil ser maior do que nos países Seleccionados, estes apresentam melhores resultados em termos de escolaridade média (em anos) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, ainda que o governo brasileiro gaste mais em educação, este gasto revela-se ineficiente, gerando resultados insatisfatórios em termos de escolaridade se comparados ao que ocorre nos países Seleccionados. Portanto, pelo esquema apresentado, a burocracia é um dos canais que contribui para reduzir a eficiência do gasto público, em especial, o social.

*Níveis maiores de burocracia tendem a
reduzir a atratividade dos
investimentos produtivos, prejudicando
a competitividade do país e o potencial
de crescimento da economia*

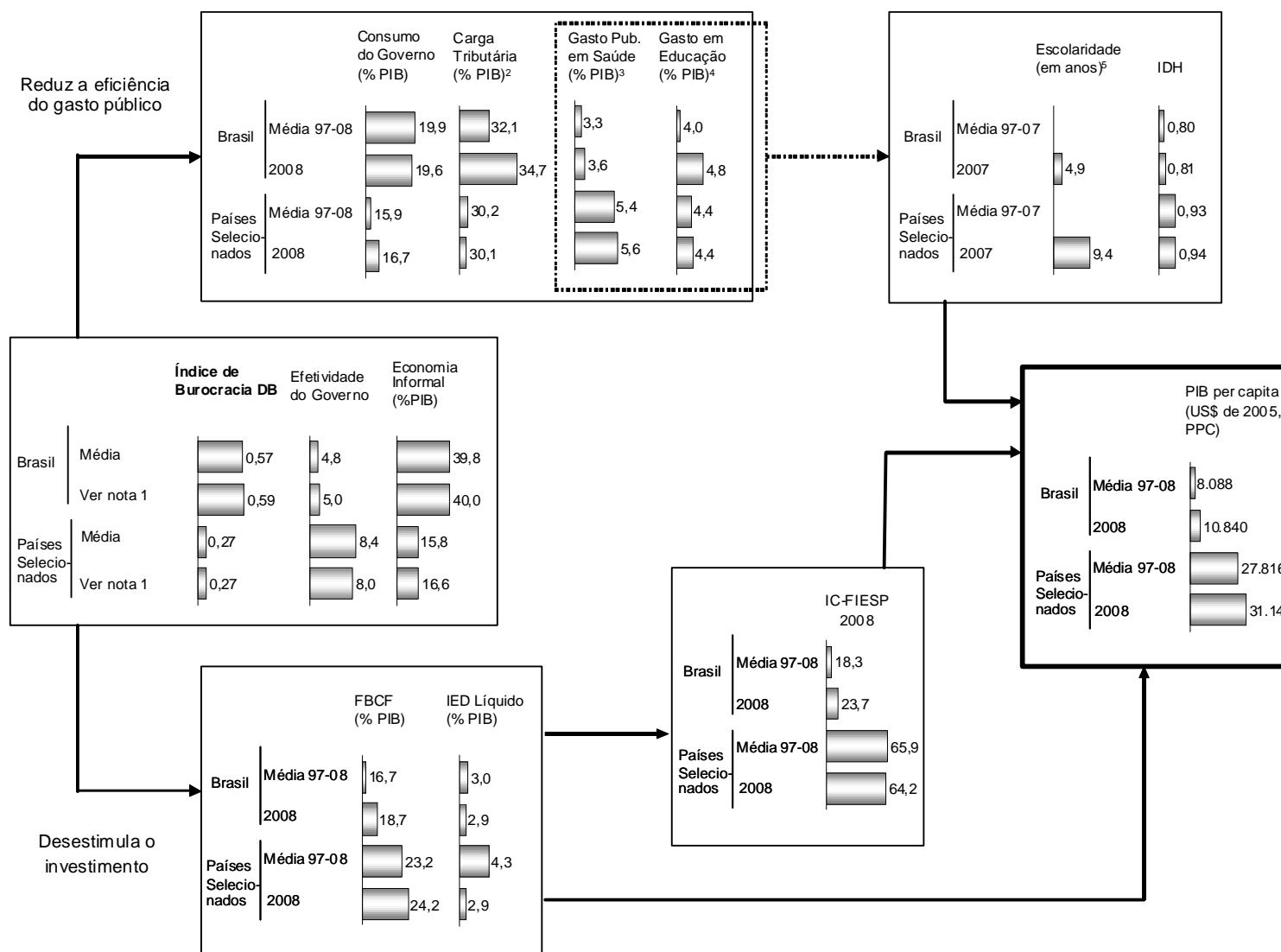
A parte inferior do Quadro 2 relaciona o efeito da burocracia sobre os investimentos produtivos. Níveis maiores de burocracia tendem, entre outros fatores, a encarecer os procedimentos no país, desestimulando os investimentos produtivos. Os investimentos (FBCF) no Brasil atingem uma média de 16,7% do PIB, seis e meio pontos percentuais

²⁸ Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Irlanda e Japão.

abaixo da média dos países Seleccionados. No entanto, estes países têm menores níveis de burocracia e melhores índices de efetividade do governo. Vários fatores podem contribuir para estes resultados, mas, pelas relações apontadas, não é possível descartar a hipótese de que a burocracia reduza a atratividade do investimento produtivo, o que, por sua vez, gera consequências negativas sobre o nível de produto per capita, competitividade da nação e sobre o potencial de crescimento da economia.

Dessa forma, níveis superiores de PIB per capita observados nos países Seleccionados em relação ao Brasil são reflexos dos esforços de acumulação de capital físico e investimento eficiente em educação e saúde, fatores determinantes para o crescimento da economia. No entanto, além de questões econômicas, estes fatores também são influenciados pela qualidade institucional do país, dentre eles o grau de burocracia e de efetividade do governo na administração pública.

Quadro 2 – Efeitos Econômicos da Burocracia: Comparação entre Brasil e Países Selecionados, 1997 – 2008



Notas: ¹ O último ano de divulgação varia de acordo com a pesquisa. O último ano para o Índice de Burocracia DB é 2010 e a média é para 2008 a 2010. O último ano para o indicador de governança Efetividade do Governo é 2008 e a média é para 1996 a 2008. O último ano para o dado de Economia Informal é 2005 e 2006, dependendo do país e a média é para 1999 até 2005 ou até 2006 (o último dado do Brasil é para 2005 e sua média refere-se ao período 1999 a 2005; para os países Selecionados, o último dado é 2006 e a média refere-se à 1996 a 2006). ² Dados referentes ao ano de 2007. ³ Dados para 2007. ⁴ Dados de 2005 a 2008 (dependendo da disponibilidade do dado para o país). ⁵ Dados referentes ao ano de 2000. Carga Tributária e IC-FIESP foram calculadas sem considerar a Costa Rica, pois a fonte não fornece os dados para o país. O mesmo ocorre para Japão e Estados Unidos para a variável Gasto em Educação. Fontes: Doing Business, Banco Mundial (2006, 2008a, 2008b), FMI (2008), IMD (2007), PNUD, FIESP (2009) e Barro e Lee (2000), Schneider e Buehn (2009). Elaboração: Decomtec/FIESP.

7. Custo da Burocracia x Crescimento Econômico

A burocracia, na medida em que desgasta as instituições, atrasa a realização de negócios e estimula a economia informal, gera custos para a sociedade, tornando-se um obstáculo ao crescimento econômico e desenvolvimento social, comprometendo a competitividade do país. Apresentaremos, nesta seção, uma estimativa do custo da burocracia no Brasil.

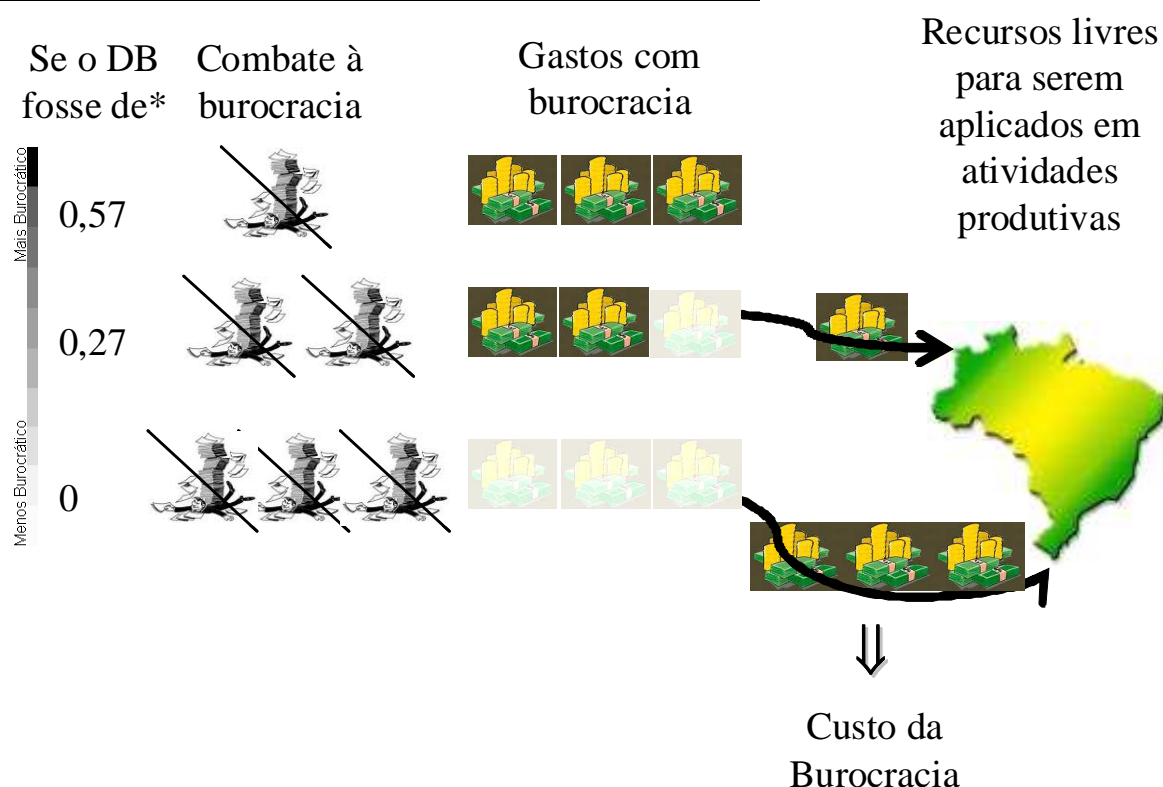
Custo da Burocracia - Definição

A burocracia impõe custos que reduzem o total de recursos disponíveis para investimentos. O custo da burocracia representa o montante de recursos que o país poderia poupar se seus procedimentos se tornassem mais rápidos e práticos, reduzindo regulamentações excessivas. A burocracia desvia recursos para áreas improdutivas, mantendo um elevado gasto com pessoal e sistemas de informação. Este montante, que não é poupado, mas sim gasto em atividades burocráticas, poderia, por um lado, ao reduzir os custos das empresas, baratear o preço de seus produtos, aumentando o consumo de bens pela população, ou, por outro lado, gerar investimentos produtivos, investimentos em pesquisas de novas tecnologias e melhorar a infraestrutura para as empresas e as condições econômicas e de bem estar social da população. Em países onde o nível de burocracia é elevado, uma grande parcela de recursos é consumida em atividades burocráticas, perdendo a possibilidade de aplicá-los na economia e na sociedade. Essa perda é representada pelo custo econômico da burocracia.

O custo da burocracia representa o montante de recursos que o país poderia poupar se os procedimentos se tornassem mais rápidos e práticos, reduzindo regulamentações excessivas

O Fluxograma 1 ilustra este raciocínio.

Fluxograma 1 – Representação do Custo da Burocracia



* Para ilustrar, são considerados três níveis de burocracia. O Índice de Burocracia DB de 0,57 representa o valor médio do indicador para o Brasil entre 2008 e 2010. Um índice DB de 0,27 é o valor médio dos países Seleccionados (média de 2008 a 2010). DB igual a zero representa o limite inferior do índice, indicando que o nível de burocracia no país tende a zero. Na realidade, como nenhum país obtém nível de burocracia DB igual a zero, considera-se um DB igual a zero uma representação teórica de um nível zero de burocracia no país.

Quanto mais o país conseguir reduzir seu nível de burocracia, maior é a simplificação de procedimentos e regulamentos necessários às atividades. O corte desse excesso torna possível poupar uma quantidade maior de recursos, antes gastos em processos burocráticos. Estes recursos liberados da burocracia, que agora podem ser investidos em atividades produtivas geradoras de renda, representam o custo da burocracia para o país

Trataremos de estimar, a seguir, o custo da burocracia no Brasil, utilizando um modelo que relaciona burocracia com o crescimento econômico.

A literatura econômica sobre o papel da burocracia em promover ou impedir o crescimento econômico ganhou força, no final da década de 80, com o desenvolvimento da teoria do crescimento endógeno, que sustenta a hipótese de que as instituições têm um papel importante nas taxas de crescimento da economia (LUCAS, 1988; ROMER, 1986, 1990,

1994; EVANS; RAUCH, 1999). De acordo com Knack e Keefer (1995), a eficiência com a qual os governantes administram a provisão dos bens públicos é determinante para a velocidade de crescimento do país. Vários autores introduziram variáveis buscando captar o efeito da qualidade institucional no crescimento econômico (BARRO, 1991; MAURO, 1995; KNACK; KEEFER, 1995, AYAL; KARRAS, 1995; EASTERLY; LEVINE, 1996; BRUNETTI *et al*, 1997; EVANS; RAUCH, 1999).

Assim como esses autores, usaremos um modelo neoclássico de crescimento econômico, baseado em Solow e Mankiw *et al* (1992), segundo o qual o produto per capita de longo prazo de um país é determinado pela i) taxa de poupança da economia (um indicador do esforço de acumulação de capital para novos investimentos e geração de mais riqueza no futuro), ii) taxa de expansão da força de trabalho, iii) qualificação da força de trabalho (medido pelos anos de escolaridade) e iv) pelo ritmo do progresso técnico da economia (que permite um aumento da produtividade).

No entanto, além dessas variáveis, as evidências apontadas na literatura e nas seções anteriores sugerem que o produto per capita também é sensível ao nível de burocracia do país. Dessa forma, modificamos o modelo original para incluir os efeitos da burocracia sobre o crescimento de longo prazo do produto per capita do país. Espera-se, que níveis mais elevados de burocracia indiquem instituições ineficientes, que geram perdas ao produto per capita do país.

Os resultados da estimação econométrica mostram que, com exceção da variável que reúne as taxas de depreciação, inovação tecnológica (ambas consideradas constantes) e crescimento populacional, as demais (taxa de poupança, nível de escolaridade média da população acima de 25 anos e o Índice de Burocracia DB) são importantes para explicar o nível observado de produto per capita de longo prazo²⁹. Além disso, foram incluídas duas variáveis *dummies*³⁰ no modelo para representar conjuntos diferentes de países, uma vez que o nível observado de produto per capita é bastante diferente do que seria esperado

²⁹ No modelo de *steady state* de Solow, as taxas de depreciação, ritmo de inovação tecnológica e crescimento populacional são somadas e consideradas como uma única variável no modelo a ser estimado. As duas primeiras foram consideradas constantes por hipótese, de acordo com os valores que são estabelecidos na literatura (3% para a taxa de depreciação e de 2% para a taxa de inovação tecnológica, valores idênticos para todas as economias, SILVA, 2001). Portanto, o único componente variável é o crescimento populacional. Para o período da amostra de 1990 a 2008, essa taxa não possui grande variabilidade entre os países da amostra, e por isso, não seria considerada tão diferente da constante do modelo, provocando ausência de significância estatística, quando estimado o modelo. No entanto, como parte-se do referencial teórico proposto por Solow, decidimos mesmo assim, mantê-las no modelo.

³⁰ Variáveis *dummy* assumem valor um, caso algum evento determinado ocorra, e zero caso contrário.

considerando somente as variáveis do modelo. Isto indica que outros fatores, fora dos especificados pelo modelo e particulares desses países, são importantes para determinação de seus produtos per capita³¹.

Estimado este modelo, modificado para incluir o indicador de burocracia DB, simulamos o efeito da burocracia sobre o PIB per capita brasileiro, baseado em uma amostra de 97 países³².

A Tabela 3 apresenta o resultado da simulação, considerando os países da cesta de “países Selecionados”. O nível médio da burocracia observado no Brasil, entre 2008 e 2010, é de 0,57, numa escala de zero a um. Considerando, para o Brasil, níveis médios de burocracia semelhante aos países listados na tabela e assumindo constante a contribuição das demais variáveis, a simulação nos mostra o ganho médio, no período de 1990-2008, de produto per capita que o Brasil poderia alcançar, caso possuísse índices de burocracia iguais aos desses países.

Tabela 3 – Simulação do impacto da burocracia (DB) sobre o PIB per capita do Brasil, 1990-2008

	Burocracia média	PIB per capita (US\$) médio estimado, 1990-2008			
Brasil	0,57	7.828,5			
PIB per capita do Brasil caso buroc. Brasil = buroc. país selecionado					
Países Selecionados	Buroc. média	Estimativa (US\$)	Diferença (US\$)	Diferença (%)	
Costa Rica	0,55	7.907,3	78,73	1,0	
Espanha	0,41	8.521,0	692,45	8,8	
Chile	0,38	8.643,0	814,45	10,4	
Alemanha	0,31	8.926,0	1.097,43	14,0	
Coreia do Sul	0,31	8.941,3	1.112,75	14,2	
Finlândia	0,25	9.207,4	1.378,86	17,6	
Japão	0,24	9.274,2	1.445,66	18,5	
Austrália	0,19	9.493,4	1.664,87	21,3	
Canadá	0,18	9.543,9	1.715,36	21,9	
Irlanda	0,18	9.565,7	1.737,20	22,2	
EUA	0,13	9.821,5	1.992,93	25,5	
Cingapura	0,06	10.165,3	2.336,82	29,9	
Média	0,27	9.147,8	1319,29	16,9	
Burocracia	0,00	10.473,6	2645,03	33,8	

Nota: PIB per capita expresso em dólares constantes de 2005, em paridade do poder de compra (PPC). Elaboração: Decomtec/FIESP.

³¹ Uma *dummy* foi considerada para a China (a variável assume valor um para a China e o valor zero para os demais países), e outra para o conjunto de países Camarões, Haiti, Kenya e Zambia.

³² A seleção dos 97 países baseou-se naquele que possuíam todas as informações necessárias para a análise.

De acordo com o modelo, na média do período (1990 a 2008), o Brasil possui um produto per capita estimado de US\$ 7.828 e um Índice de Burocracia DB de 0,57. Mas se possuísse um nível de burocracia igual a média dos países Selecionados de 0,27, o produto per capita médio do período do Brasil passaria a US\$ 9.147, ou sejam um aumento de quase 17% na média do período 1990-2008 (equivalente a 1,45% ao ano)

Se o combate à burocracia fosse ainda mais intenso, levando o nível de burocracia a zero, mais recursos, que antes eram usados para pagar os procedimentos burocráticos, poderiam agora ser aplicados em atividades produtivas, geradoras de riquezas, sendo capaz de aumentar o produto per capita brasileiro em quase 34% no período. No entanto, este resultado representa apenas um referencial teórico, visto que não é possível reduzir a burocracia ao nível zero.

Usando como referência a média do índice da burocracia dos países Selecionados de 0,27, calculamos que, o custo médio anual da burocracia no Brasil é de US\$ 9,4 bilhões a preços constantes de 2000 (ou R\$ 20,0 bilhões a preços constantes de 1998). A preços correntes de 2009, o custo anual da burocracia é estimado em R\$ 46,3 bilhões, o que corresponde a 1,47% do PIB.

Usando como referência os países Selecionados, estima-se que o custo médio anual da burocracia no Brasil é de R\$ 46,3 bilhões (preços correntes de 2009), correspondendo a 1,47% do PIB

Sendo ainda mais rigoroso, se ocorresse no Brasil um combate eficiente à burocracia, ou seja, atingindo um índice zero de burocracia (apesar de representar um nível teórico, pois nenhum país da amostra obteve esse resultado), maior ainda seria o montante de recursos disponíveis, liberados do tempo e custo excessivo dos procedimentos burocráticos. Supondo um Índice de Burocracia zero para o Brasil, calcula-se que o custo médio anual da burocracia para o país é estimado em R\$ 86,7 bilhões (preços correntes de 2009), o que corresponde a 2,76% do PIB.

Resumindo os resultados, temos, considerando o período de 1990-2008:

- Se o Índice de Burocracia DB do Brasil fosse de 0,27, semelhante à média dos países Selecionados, estima-se um custo médio anual da burocracia de 1,47% do PIB, correspondendo a R\$ 46,3 bilhões.
- Se o Índice de Burocracia DB do Brasil fosse de 0 (zero) estima-se um custo médio anual da burocracia de 2,76% do PIB, correspondendo a R\$ 86,7 bilhões.

8. Custo da Burocracia – Quais são as Perdas para o Brasil?

Concluimos que o custo médio da burocracia no Brasil é estimado entre 1,47% a 2,76% do PIB, isto é, de R\$ 46,3 bilhões a R\$ 86,7 bilhões (em reais de 2009)

A partir disto, é possível calcular o quanto o custo da burocracia representa nas contas do país, além dos benefícios que os brasileiros deixam de obter devido à burocracia excessiva.

Um índice zero de burocracia, entretanto, não é alcançado por nenhum país da amostra. Assim, para estimarmos as perdas econômicas e sociais do Brasil com a burocracia, optamos por considerar o resultado caso o país tivesse um nível de burocracia igual à média dos países Selecionados, ou seja, caso o índice DB brasileiro fosse de 0,27, o que gera um custo médio anual da burocracia de 1,47% do PIB. A Tabela 4 mostra quanto este custo representa nas contas brasileiras.

As perdas econômicas com a burocracia foram estimadas considerando um nível de burocracia no Brasil igual à média dos países Selecionados

Um custo médio anual estimado da burocracia de 1,47% do PIB equivale a R\$ 46,3 bilhões (valores de 2009), o que representa quase 10,1% dos investimentos (FBCF) privados realizado em 2009. O custo médio da burocracia representa quase 300% dos gastos privados em P&D. Ainda no setor privado, observamos que o custo econômico da burocracia equivale a quase 3% do faturamento líquido da indústria de transformação. São relações que informam o peso da burocracia para as empresas brasileiras. Por outro lado, a burocracia também atinge os consumidores, na medida em que, além de afetar a produtividade das empresas, representa 2,3% do consumo final das famílias.

Tabela 4 – Quanto o Custo Médio Anual da Burocracia Representa das Contas Brasileiras

	Parcela do Custo da Burocracia nas Contas Brasileiras
Investimento (FBCF) Privado* ¹	10,14%
Gasto Privado em P&D**	293,53%
Receita Líquida da Indústria de Transformação***	2,84%
Consumo Final Famílias*	2,35%

*Dado de 2009. **Dado de 2008. ***Dado de 2007. ¹ Os dados de investimento (FBCF) privado foram obtidos como resíduo da Formação Bruta de Capital Fixo total menos o investimento (FBCF) público (exceto estatais federais) em Gobetti (2010).

Fontes: Ipeadata (IBGE/SCN 2000), Gobetti (2010), MCT e PIA (IBGE). Elaboração: Decomtec/FIESP.

A Tabela 5 ilustra o que os consumidores brasileiros perdem por conta da elevada burocracia no país. A burocracia atinge majoritariamente as empresas e, ao encarecer o custo da produção, afeta negativamente os consumidores (mesmo que de forma indireta), seja limitando a quantidade produzida pela empresa ou repassando o custo para o preço dos produtos. Os valores estimados da Tabela 5 representam um exercício, utilizado apenas para ilustrar quantos produtos extras poderiam ser ofertados se o valor do gasto anual da burocracia fosse aplicado na produção, sem considerarmos questões como a expansão da capacidade instalada e contratação de trabalhadores. O exercício é realizado supondo que todo o valor do custo médio anual da burocracia seja utilizado em cada uma das contas da tabela separadamente. Vale lembrar que os dados são extraídos da pesquisa PIA Produto 2007, de forma que os valores são os observados na indústria de transformação brasileira e não são consideradas as margens do comércio, transporte etc.

Os resultados da Tabela 5 mostram que o custo médio anual da burocracia representa um número bastante elevado de bens produzidos pela indústria de transformação. De acordo com a PIA Produto 2007, a indústria de transformação produz um refrigerador a um valor de quase R\$ 600. Se a indústria produzisse uma quantidade desse bem equivalente ao custo médio da burocracia, obteríamos uma produção de refrigeradores 913% superior ao observado em 2007.

Em relação à produção de computadores, a indústria produz uma unidade ao valor de R\$1.250. Se fossem produzidos computadores em um valor equivalente ao custo médio anual da burocracia, a indústria poderia gerar uma produção 800% maior do que a de 2007. O exercício também é simulado para a produção de automóveis, cujo preço médio de uma unidade é em torno de R\$ 50.000, de acordo com a Anfavea. Com o custo médio anual da burocracia seria possível produzir mais 780 mil unidades (33% superior ao observado em 2007).

Considerando um pacote composto pelos produtos da Linha Branca da Tabela 5, com os dados da PIA Produto avaliamos que o valor da produção de uma unidade desse pacote é de R\$ 1.374. Se o custo médio anual da burocracia fosse considerado em termos do valor da produção da Linha Branca, obteríamos 28 milhões de pacotes produzidos pela indústria de transformação. Supondo que cada domicílio brasileiro tenha um pacote de produtos, o custo médio anual da burocracia seria capaz de atender 51% dos domicílios do país.

Tabela 5 – Simulação dos Produtos que os Brasileiros Deixam de Obter por Causa da Burocracia

Produtos		Valor da produção por unidade - PIA, Anfavea (R\$/unidade)	Unidades extras correspondentes ao custo da burocracia	Unidades extras / produção atual
Linha Branca	Fogões de Cozinha	252,99	155.035.617	2088%
	Microondas	183,64	213.578.025	7862%
	Máquinas de Lavar/Secar Roupa	350,57	111.881.511	2096%
	Refrigeradores	586,96	66.823.211	913%
Computadores pessoais (<i>desktops</i>)		1.250,43	31.367.306	833%
Televisores		447,22	87.702.695	683%
Autoveículos (Anfavea)		50.285,14	780.001	33%
Pacote: 1 unidade do conjunto Linha Branca		1.374,17	28.542.765	
Número de domicílios no Brasil		55.878.000		
Com o custo da burocracia é possível atender 51% dos domicílios brasileiros em termos de linha branca				

Fontes: PIA Produto 2007, Anfavea (dados de 2007) e IBGE (PNAD, dados de 2007). Elaboração: Decomtec/FIESP.

9. Propostas de Combate à Burocracia

A burocracia afeta a eficiência do setor público e da economia, prejudicando a capacidade de crescimento econômico, a estabilidade do ambiente de negócios, a qualidade das instituições e a transparência na conduta moral da sociedade. O processo de desburocratização deve ser permanente, ter amplo alcance e facilitar o relacionamento do Estado com os cidadãos e com as empresas de todos os portes. Além de melhorar a competitividade do setor produtivo da economia, a desburocratização tende a beneficiar também o Estado, tornando-o mais eficiente e eficaz em seus controles sobre a sociedade. Diversas medidas são propostas no sentido de reduzir os custos econômicos e sociais gerados pela burocracia. A agenda de propostas para o Brasil pode ser agrupada em três blocos principais (ZOCKUN, 2007; CNI, 2010).

A desburocratização deve ser um processo permanente, ter amplo alcance e facilitar o relacionamento do Estado com os cidadãos e as empresas

1) Redução da burocracia nas três esferas do setor público

- Simplificação dos procedimentos e regulamentos de natureza legal, fiscal, trabalhista e tributária, estabelecendo regras mais claras, objetivas e processos mais transparentes.
- Unificar e simplificar os procedimentos e sistemas de cadastro e processamento de informações para todos os órgãos envolvidos.
- Melhorar a qualidade da regulamentação, minimizando as mudanças frequentes na legislação.
- Modificações legislativas visando remover entraves redundantes, reduzindo a quantidade de controles cruzados.
- Diminuir o número de tributos e normas e reduzir a exigência das certidões negativas.
- Estimular mecanismos mais eficientes de controle e auditoria.
- Criar centrais de atendimento integrado, como o Poupatempo em São Paulo.
- Fixar prazos para respostas dos pedidos realizados aos órgãos públicos.

2) Redução da burocracia pela intensificação no uso dos meios eletrônicos

- Estimular a disponibilidade, acessibilidade e o uso de serviços pela internet.
- Conectar eletronicamente os registros de Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis.
- Extensão da informatização das declarações e pagamentos para todos os estados e municípios.
- Criar a “janela única”, um meio onde a população e empresários tenham acesso a todas as informações necessárias para executar suas atividades.

3) Redução da burocracia para as empresas

- Criar um cadastro único para as empresas válido para as três esferas do governo, fundindo os processos de registro e inscrição fiscal, visando a redução na redundância da análise da documentação.
- Fornecimento das informações necessárias para o registro da empresa em uma única unidade de processamento central.
- Fornecimento de licenças provisórias de funcionamento, possibilitando o início imediato do empreendimento.

- Fusão dos procedimentos para pedidos de licença para construção, instalação e operação em num único documento, procedimento e unidade de atendimento central.
- Criar mecanismos para estimular a formalização das empresas, como a redução da regulamentação e a unificação dos procedimentos entre os órgãos federais, estaduais e municipais.
- Aumentar a flexibilidade das condições trabalhistas (contratação e demissão).

A necessidade de desburocratizar o Brasil é urgente. A burocracia impõe elevados custos econômicos e sociais para o país, reduzindo a sua competitividade, a possibilidade de oferecer melhores condições de bem estar social à população e melhores condições de infraestrutura e um ambiente de negócios mais estável às empresas. O esforço deve ocorrer nas três esferas da administração pública e nos sistemas legislativos, judiciários e tributários, a fim de aumentar a eficiência do setor público, destravando o desenvolvimento econômico do país

10. Referências

ABRAMO, Cláudio W. *Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em onze países da América Latina. Os Custos da Corrupção*. Cadernos Adenauer, Nº 10, 2000.

ACEMOGLU; JONHSON; ROBINSON. *The colonial origins of comparative development. American Economic Review*. V. 91, p. 1369-1401, 2001.

AYAL, Eliezer, B.; KARRAS, Georgios. *Bureaucracy, investment, and growth. Economic Letters*. V. 51, p. 233-239, 1996.

BAI, C.E.; WEI, S.J. *A perspective on corruption and financial repression. Harvard University, Working Paper*, Cambridge, MA, 2003.

BANCO MUNDIAL. *Doing Business Brazil*. 2010.

BARRO, Robert; LEE, J. *International data on educational attainment updates and implications. NBER Working Paper*. Cambridge, Massachusetts, Nº 7911, 2000.

BARRO, Robert. *Economic growth in a cross-section of countries. Quarterly Journal of Economics*. Nº 106, p.407-444, 1991.

BARROS, José Roberto Mendonça de. Competitividade e câmbio. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04/04/2010.

BHAGWATI, J. *Dup activities and rent-seeking*. **Kylos**. Nº 36, 1983.

BHAGWATI, J. *Directly-unproductive profit-seeking activities*. **Journal of Political Economy**. Outubro, 1982.

BIRD. **The Logistics Performance Index and its Indicators**. 2010.

BRUNETTI, Aymo, et al. *Institutions in transition: reliability of rules and economic performance in former Socialist countries*. **Policy Research Working Paper Series**, Nº 1809, The World Bank, 1997.

CNI. **A indústria e o Brasil. Uma agenda para crescer mais e melhor**. Brasília, 2010.

CNI. **Os problemas da empresa exportadora brasileira**. Brasília, 2008.

EASTERLY, William; LEVINE, Ross. *Africa's growth tragedy: policies and ethnic divisions*. **Quarterly Journal of Economics**. Nº 112, p. 1203-1250. 1997.

EVANS, Peter B; RAUCH, James E. *Bureaucratic structure and bureaucratic performance in less developed countries*. **Department of Economics, University of California, San Diego**. Discussion Paper 99-06, 1999.

EXAME. Eles querem trabalhar. A burocracia não deixa. São Paulo, 04/10/2007. Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0903/economia/m0140022.html>>. Acesso em 31/03/2010.

EXAME. Um mergulho no labirinto tributário. São Paulo, 04/09/2008. Disponível em <<http://www.job.com.br/hotsite/iobsolucoesfiscais/artigos/imposto2.pdf>>. Acesso em 31/03/2010.

FIESP. Pesquisa FIESP de Obstáculos ao Investimento. **DECOMTEC**. 2010a.

FIESP. Pesquisa Obstáculos à Inovação. **DECOMTEC**. 2010b.

FIESP. Índice de Competitividade das Nações IC-FIESP. **DECOMTEC**. 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Burocracia dificulta investimentos no Brasil, diz representante japonês, 19/04/2010a. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u721955.shtml>>. Acesso em 19/04/2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Estrangeiro reclama de burocracia, 20/05/2010b. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2005201003.htm>>. Acesso em 20/05/2010b.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo cobra desempenho de servidores, 21/05/2010c. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2105201003.htm>>. Acesso em 20/05/2010b.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Perfil dos diretores de escola da rede pública. **Ipobe Inteligência**. Agosto/2009. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor_escolar.pdf>. Acesso em 05/04/2010.

GOBETTI, S.W. *Qual é a real taxa de investimento público no Brasil?* 2010. Disponível em <<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/Site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=3&Num=894>>. Acesso em 12/02/2010.

GRANT THORTON INTERNATIONAL. **International Business Report. Focus on Brazil**. Disponível em <<http://www.grantthorntonibos.com/Reports/2010/index.asp>>. Acesso em 12/04/2010.

HALL, Robert E.; JONES, Charles I. *Fundamental determinants of output per worker across countries*. **Stanford University**, Working Paper, Stanford, CA, 1997.

IBPT. Quantidade de normas editadas em 20 anos da Constituição Federal. 03/10/2008. Disponível em <http://www.ibpt.com.br/home/publicacao.view.php?publicacao_id=13081&pagina=10>. Acesso em 03/05/2010.

IBOPE INTELIGÊNCIA. Pesquisa de opinião pública sobre burocracia. **CNI/IBOPE**. Brasil, dezembro 2008.

ICJ BRASIL. Índice de confiança na justiça. **FGV**.

IFC – CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL. **Municipal Socrecard 2008. Relatório Brasil**. 2008.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. *Governance matters III: Governance Indicators for 1996–2002*. **World Bank Policy Research Working Paper**, Nº 3106, 2003.

KNACK, Stephen; KEEFER, Philip. *Institutions and economic performance: cross country test using alternative institutional measures*. **Economics and Politics**. V. 7, N.º 3, p. 207-227, 1995.

KRUEGER, A. O. *The political economy of rent-seeking*. **American Economic Review**. Nº 64, 1974.

London Economics. *"Patent Backlogs and Mutual Recognition."* Disponível em <<http://www.ipo.gov.uk/p-backlog-report.pdf>> Acesso em 07/05/2010.

LUCAS, Robert. *On the mechanics of economic development*. **Journal of Monetary Economics**. V. 22, Nº 1, p. 3-42, 1988.

MANKIW, N. *et al. A contribution to the empirics of economic growth*. **Quarterly Journal of Economics**. Nº 107, p. 407-438. Maio, 1992.

MAURO, Paolo. *Corruption and Growth*. **Quarterly Journal of Economics**, p. 681-712, agosto/1995.

MCKINSEY. Eliminando as barreiras ao crescimento econômico e à economia formal no Brasil. São Paulo, junho 2004. Disponível em < http://www.mckinsey.com/ideas/pdf/diagnostico_da_informalidade-final.pdf > Acesso em 01/04/2010.

OLIVEIRA, Genser. A revolução permanente da desburocratização. **Revista Custo Brasil**. Ano 1, Nº 5. out/Nov 2006. Disponível em <<http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/05/Art%2001>>. Acesso em 03/05/2010.

OESP. Em Santos, 17 toneladas de burocracia. Disponível em < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100530/not_imp558763.0.php >. Acesso em 30/05/2010.

RAUCH, James E.; EVANS, Peter B. *Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of "Weberian" State Structures on Economic Growth*. **American Sociological Review**. V. 64, Nº 5, p. 748-765, Out. 1999.

ROMER, Paul. *The origins of endogenous growth*. **Journal of Economic Perspectives**. V. 8, Nº 1, p. 3-21, 1994.

ROMER, Paul. *Endogenous technological change*. **Journal of Political Economy**. V. 98, Nº 5, p. 71-102, out/1990.

ROMER, Paul. *Increasing returns and long run growth*. **Journal of Political Economy**. V. 94, Nº 5, p. 1002-1037, 1986.

SCHNEIDER, Friedrich; BUEHN, Andreas. *Shadow economies and corruption all over the world: revise estimates for 120 countries*. **Economics The Open Access, Open Assessment e-Journal**. V. 1, 2007-9, Out-2009.

SILVA, Marcos F. G. da et al. Evidências acerca dos efeitos da corrupção sobre a produtividade de fatores e a renda agregada. **EAESP/FGV-SP**. Texto para Discussão, 2001.

TULLOCK, G. *The economics of special privilege and rent-seeking*. Kluwer Academic Press. 1990.

TULLOCK, G. *The welfare costs of tariffs, monopolies, and theft*. **Western Economic Journal**. Nº 5, 1967.

WALLER, C. J.; VERDIER, T; GARDNER, R. *Corruption: top down or bottom up?* **Department of Economics, Indiana University Bloomington**, working paper, Bloomington, IN, 2003.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1922.

ZOCKUM, Maria Helena. Da burocracia à corrupção: estratégias de prevenção. **Instituto Hélio Beltrão**. Seminário, 24/outubro/2007.